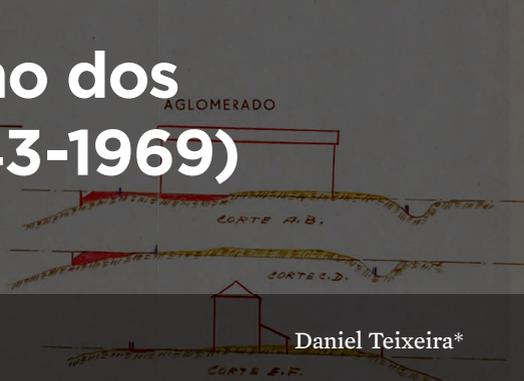


Lousada e o Plano dos Centenários (1943-1969)

— LIMITE APROVADO PARA UM EDIFÍCIO DE 2 SALAS - ÁREA - 1225 m²
— LIMITE PROPOSTO PARA UM EDIFÍCIO DE 4 SALAS - ÁREA - 1800 m²



Daniel Teixeira*

RESUMO

Entre 1943 e 1969, o Estado Novo colocou em prática um ambicioso plano de construção de novos edifícios escolares por todo o país. Na sequência das comemorações centenárias da fundação e restauração de Portugal, este enorme projeto, imbuído do sentimento de “regeneração” da alma nacional, que então se fazia sentir, ficaria conhecido como Plano dos Centenários.

Com este artigo procuramos demonstrar o que foi realizado no concelho de Lousada no âmbito deste projeto, identificando as novas edificações, os problemas e soluções encontrados durante o processo e o papel dos habitantes do município na realização das empreitadas.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino, construção, escolas, Plano dos Centenários, Lousada.

ABSTRACT

Between 1943 and 1969, the “Estado Novo” [authoritarian regime installed in Portugal in 1933] put into practice an ambitious plan to construct new school buildings throughout the country. Following the centenary commemorations of the independence and restoration of the Portuguese nationality, this huge project imbued with the sense of “regeneration” of the national soul, which then was felt, it would be known as “Plano dos Centenários” [Plan of the Centenarians].

With this article we try to demonstrate what was accomplished in the municipality of Lousada in the extent of the project, identifying the new buildings, the problems and solutions found during the process and the role of the inhabitants in carrying out the plan.

KEYWORDS

Teaching, construction, schools, Plano dos Centenários, Lousada.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças na esfera política nacional, operadas a partir de 1926, com a instauração da Ditadura Militar e o advento do Estado Novo, reacenderam a discussão em torno do panorama educativo, mas em moldes substancialmente diferentes. Ao contrário do que aconteceu durante a vigência dos governos da I República, o ponto fulcral dos debates que germinaram a partir de então residia no seguinte: dever-se-ia ou não instruir a população e de que forma esta instrução deveria realizar-se.

Para o novo regime, a educação da criança cabia essencialmente à família, “instituição cujas relações internas se fundavam não no confronto mas na colaboração, e em cujo âmago estava uma hierarquia natural” (Mónica, 1978, p. 269), reservando à mulher o papel de principal educadora da sua prole, “ora procurando modelar-lhes o carácter, ora vigiando o ambiente moral e espiritual em que decorrem essas vidas pequeninas – que serão amanhã a nova geração – ora insuflando-lhes o amor e o respeito pela trilogia santa: Deus, Pátria, Família”, pois a “Mulher-Mãe é o mais belo ornamento da sociedade, porque é ela que prepara e defende e forma as novas gerações” (Moreira, 1942).

A excessiva educação era considerada potencialmente perniciosa e passível de desenvolver ideais subversivos e contrários aos interesses do poder instituído. Todavia, também cedo se percebeu que seria necessário providenciar um certo grau de alfabetização e conhecimentos à população, para que esta fosse capaz de compreender e colocar em prática as novas filosofias de Estado. A procura do equilíbrio entre os dogmas políticos e a necessidade de educar as massas populares nortearia toda a conjuntura legislativa e o conseqüente desenvolvimento da rede escolar nas próximas décadas.

Foram definidas novas diretrizes para o ensino e expansão da rede de escolas que permitissem servir a população de uma forma mais abrangente do que tinha sido feito até então, não com o intuito de dar resposta às necessidades do país e da sua indústria, “quer em termos de qualificações, quer em termos de atitudes e perspectivas adequadas em relação ao trabalho, [nem] com o objectivo de democratizar o sistema educativo, permitindo a entrada às massas populares” (Stoer e Araújo, 1987, p. 133), mas para o transformar num veículo de difusão das novas ideologias políticas, um mecanismo de reforço do poder estatal e de controlo social, “assente numa forte componente educativa e moralizante, capaz de aniquilar eventuais perigos que a leitura e a escrita pudessem representar”, com uma “instrução rudimentar regida por valores estipulados pelo Estado” (Faustino, 2013, p. 20). Em suma, a escola primária seria “a primeira oficina em que o Estado coopera, ajudando a família a formar o homem português, activo e servidor da Pátria” (Pimenta, 2006, p. 36).

O nosso estudo incidirá sobre um ambicioso projeto de renovação e ampliação da rede escolar de todo o território nacional organizado pelo Estado Novo – o Plano dos Centenários –, bem como sobre o seu impacto no concelho de Lousada, observando as dificuldades e soluções encontradas pela Câmara Municipal de Lousada (CML) e os esforços dos habitantes do município para melhorar a qualidade do ensino e das infraestruturas escolares.

2. O PLANO DOS CENTENÁRIOS

Apesar das circunstâncias restritivas ao papel do ensino, a construção de novos edifícios e a expansão da rede de escolas não foram, de todo, esquecidas e a sua importância foi reconhecida na legislação.

Em 1938, o Ministério da Educação Nacional (MEN) anuncia que “criará no mais curto prazo a rede escolar suficiente para (...) tornar fácil a todos os portugueses o cumprimento da obrigação de adquirir o grau elementar”, sendo que “em cada freguesia haverá as escolas elementares e, nos meios rurais, também os postos escolares que se justificarem”¹. Nesse mesmo ano, o Ministério das Obras Públicas (MOP) retira as verbas para a construção de escolas, exceto para a conclusão de obras já iniciadas, enquanto não se concluir a elaboração de um plano abrangente para o desenvolvimento da rede de edifícios escolares².

Este plano surgiria no âmbito das comemorações centenárias da fundação e restauração de Portugal, que decorreram entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940. Os festejos dedicar-se-iam a fortalecer a imagem dos heróis nacionais e dos grandes feitos do passado, mas também dos intervenientes do presente, como Oliveira Salazar e Óscar Carmona, cultivando o amor à pátria e à sua história através de exposições, cortejos, construção de monumentos, jardins e edifícios públicos.

Muito embora a construção de escolas não fosse uma prioridade vastamente enaltecida durante este período, o plano que surgirá após o término das comemorações ficaria conhecido como Plano dos Centenários, como nos diz o artigo 7.º do Orçamento Geral do Estado, publicado, em dezembro de 1940, pelo Ministério das Finanças: “será iniciado no ano seguinte a execução do plano geral da rede escolar que será denominado «dos Centenários», e em que serão fixados o número, localização e tipos das escolas a construir”³.

Em 1941 é publicado um despacho do Presidente do Conselho de Ministros, em que se refere a necessidade de prosseguir com um plano harmonioso de construções escolares, capaz de dar resposta às necessidades de cada região. Os critérios para a realização das empreitadas definiam-se pelos seguintes fatores: de ordem pedagógica, como a função da escola primária, a separação dos sexos, o número de crianças e de salas em cada edifício, bem como a localização da escola e a sua área de influência; de ordem técnica, como o tipo de edifícios a construir em cada região do país, que deveria ser condizente com as características arquitetónicas de cada local; e de ordem financeira, ou seja, a definição dos gastos e responsabilização pelo pagamento das empreitadas e prazos para a sua conclusão⁴.

¹ *Lei n.º 1969*. D.G. I Série. 115 (1938-05-20) 845-847.

² *Decreto-Lei n.º 29011*. D.G. I Série. 218 (1938-09-19) 1320-1321.

³ *Lei n.º 1985*. D.G. I Série. 292 (1940-12-17) 1475-1476.

⁴ *Despacho do Conselho de Ministros de 29 de Julho*. D.G. I Série. 174 (1941-07-29) 665-671.

Ficou definido que não se poderia obrigar as crianças que tivessem de se deslocar mais que três quilómetros para frequentar a escola, que a frequência de cada sala de aula não poderia exceder os quarenta alunos e que nenhum edifício teria mais de quatro salas, com exceção dos aglomerados urbanos mais significativos, impondo-se a lógica de separação dos sexos (Pimenta, 2006, p. 106).

É igualmente indicada a criação de uma comissão especial, que ficaria encarregue de todo o Plano dos Centenários. Trata-se da Comissão de Revisão e Reajustamento da Rede Escolar, que funcionaria até 1943, sendo depois substituída pela Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), sob a tutela da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que fiscalizaria todo o desenrolar dos processos de construção expressos no *Mapa definitivo das obras de escolas primárias*⁵.

Perspetiva-se a edificação de 12.500 salas, a aquisição de mobiliário e de terrenos e a construção de cantinas, num prazo que terminaria em 1951. Contando com a elaboração dos respetivos projetos e gastos imprevistos, os custos totais estimavam-se em 500.000 contos, dos quais 50% seriam comparticipados pelo Governo e os restantes pelas entidades municipais, que teriam até 1956 para a sua liquidação, ficando também a seu cargo todo o processo de aquisição de terrenos, adjudicação das obras de construção e preparação de logradouros após a conclusão dos edifícios⁶.

Os planos de construções escolares foram baseados nos antigos projetos-tipo regionalizados idealizados pelos arquitetos Raúl Lino e Rogério de Azevedo, em 1935, mas que nunca tinham conhecido a devida implementação. Os traços arquitetónicos deveriam obedecer às características de cada região. Assim, enquanto no sul do país a escolha do tipo de edifício escolar recaiu sobre os trabalhos de Raúl Lino, de tipo Beira Litoral e Estremadura, para o norte foram escolhidos os planos de Rogério de Azevedo, de tipo Alto Minho (no Minho) e Douro (no distrito do Porto e região do Douro), de uma sala e de duas salas sobrepostas. Além destes tipos, colocou-se em execução a construção de edifícios de tipo Beira Alta, Ribatejo e Alto Alentejo, Alentejo e Algarve.

Até ao ano de 1956, o Plano dos Centenários conheceu V Fases, que procuraram coincidir com a execução de cada Orçamento do Estado a aplicar em cada ano. Contudo, esta estratégia tornou-se incomportável, fruto dos sucessivos atrasos na execução dos projetos.

O aspecto mais problemático no normal decurso das construções escolares foi, porventura, a aquisição dos terrenos. As imposições legais limitavam, e de que maneira, a seleção de locais apropriados para as novas escolas, pois tinham que obedecer a parâmetros rigorosos, difíceis de alcançar. Estes deveriam ter uma orientação nascente-sul, com uma área mínima de 2.000 m², serem planos e bons para fundações, possuírem pontos de água ou serem de fácil abastecimento e localizarem-se de forma a servir corretamente os respetivos núcleos. O Estado também pagava quantias muito aquém do real valor dos terrenos e os proprietários sentiam-se relutantes em prescindir da posse

⁵ *Despacho do Conselho de Ministros de 29 de Julho*. D.G. I Série. 174 (1941-07-29) 665-671.

⁶ *Despacho do Conselho de Ministros de 29 de Julho*. D.G. I Série. 174 (1941-07-29) 665-671.

da sua terra, mesmo quando esta não tinha valor agrícola (Beja, Serra, Machás e Saldanha, 1996, p. 106).

Não nos podemos também esquecer que o plano de construções escolares surge numa época de profundas incertezas e instabilidade económica. Quando se chegou ao fim do prazo inicialmente definido para a conclusão do Plano, muitas das infraestruturas não tinham sequer sido iniciadas e as que se encontravam em construção sentiam enormes dificuldades para suplantar os obstáculos provocados pela carência de mão-de-obra e de materiais, pela aquisição de terrenos apropriados, entre outros.

Em 1954, numa nota sobre as escolas primárias, o MOP fazia notar que apenas 28% dos edifícios do Plano tinham sido construídos ou estavam em construção, aumentando para 33% se nos focássemos no número de salas de aulas. Nota-se, igualmente, que a conclusão do Plano dos Centenários, no volume de construções que se tinha projetado, seria incomportável nas condições do momento, já que se calculava um aumento de cerca de 240% nos custos inicialmente pensados. A título de exemplo, enquanto em 1941 se estimava que os gastos com as construções rondariam os 28.000 contos, em 1954 o cálculo do investimento necessário seria cerca de 80.000 contos. Isto sem contar com o mobiliário necessário e trabalhos complementares, o que implicaria o prolongamento do Plano por 22 anos (MOP, 1954).

Para suplantar os sucessivos problemas e reduzir os elevados custos, tornou-se vital definir um maior rigor nos traços arquitetónicos dos edifícios a construir. Eliminaram-se pormenores não prioritários para o seu propósito e impôs-se um controlo do uso de materiais, optando-se apenas pelo essencial e pelo mais económico possível. Foi imposto o uso da simetria, com as entradas principais e as janelas viradas para o mesmo lado, e os edifícios gémeos, ou seja, para a educação masculina e feminina, transformaram-se em “ampliações” de edifícios já existentes, mantendo-se as entradas e os recreios separados segundo o género. Nos locais onde apenas fosse possível a construção de um edifício de uma sala, o ensino funcionaria em regime de turnos, mantendo-se o princípio de separação dos sexos. No que respeita aos terrenos, a área mínima de 2.000 m² foi posta de parte, adaptando-se a área a adquirir ao tipo de edifício e ao número de salas a construir, possibilitando economizar na sua compra e aumentar consideravelmente o leque de possíveis escolhas (Beja, Serra, Machás e Saldanha, 1996, p. 109).

Neste sentido, surgem, em 1956, dois novos tipos de edifícios escolares: os edifícios de tipo urbano e os edifícios de tipo rural. O primeiro seria destinado às cidades, vilas e outras localidades que constituíssem aglomerados populacionais consideráveis, enquanto o segundo tipo abrangeria as restantes localidades mais ruralizadas e ainda pouco desenvolvidas. Todos os projetos de escolas com duas ou mais salas seriam desenvolvidos como uma ampliação dos edifícios de uma sala, procurando-se, desta forma, uniformizar os edifícios e reduzir os elementos arquitetónicos desnecessários à sua função, diminuindo a área da sala de aula, vestíbulos e alpendres, simplificando as cantarias e coberturas, eliminando os fogões de sala, que seriam substituídos por salamandras, e reduzindo a própria espessura das paredes (Beja, Serra, Machás e Saldanha, 1996, p. 149).

Mas tornava-se clara a necessidade de reformular o planeamento das novas escolas. Em 1957, o *Decreto-Lei n.º 41037* prorroga o Plano dos Centenários para uma VI Fase,

“para que possa ser prosseguida sem interrupção a construção de unidades escolares” até à promulgação de um novo plano⁷. Este consistiria numa “profunda remodelação, que as condições influentes na solução de um problema dessa natureza necessariamente impuseram”, mas, no seu âmago, não deixa de ser “o mesmo Plano dos Centenários, evoluído de acordo com as necessidades actuais” (Câmara Corporativa, 1957).

Em abril de 1961 é promulgada, pela Presidência da República, a *Lei n.º 2107*, que coloca um ponto final no Plano dos Centenários, substituído por um novo plano de construções escolares, que colocaria em prática os projetos que ficaram por concluir, usando sempre como base os tipos urbano e rural⁸. Este novo plano estaria em vigor até ao início da década de 1970, quando o aumento substancial da frequência escolar o tornou obsoleto e levou à necessidade de revisão das construções escolares, sob a competência da recém-criada Direção das Instalações para o Ensino Primário (DIEP), tutelada pela também nova Direção-Geral das Construções Escolares (DGCE) (Beja, Serra, Machás e Saldanha, 1996, p. 171).

3. AS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS E O CONCELHO DE LOUSADA

O *Mapa definitivo das obras de escolas primárias* (DGEMN, 1943, p. 86) define as novas edificações projetadas para o concelho lousadense, planeando-se a construção de 55 salas, distribuídas por 15 edifícios mistos de uma sala e 20 edifícios gémeos de duas salas, num total de 35 novas escolas espalhadas por todo o território concelhio, como podemos observar no quadro 1.

O *Jornal de Lousada* anuncia a criação do Plano dos Centenários num artigo de profundo enaltecimento da obra iniciada pelo Governo de Salazar, afirmando, com toda a certeza, que “as pobres e tristes escolas do país onde a infância aprendia a desconhecer o sol, a luz, a cor, a higiene e a alegria têm os seus dias contados”, louvando “cordialmente tão rasgada iniciativa que se inspira no desejo de desanuviar o quadro onde os pequeninos começavam logo a fazer figuras de vítimas” (Moreira, 1943).

Fazendo eco dessas palavras, apesar dos esforços das entidades municipais em providenciar instalações condignas e dotadas dos apetrechamentos materiais e didáticos necessários a um ensino de qualidade, a verdade é que a rede escolar do concelho se encontrava num estado de degradação considerável. Ainda antes do anúncio do início do novo plano de construções escolares, numa carta de fevereiro de 1942, uma professora da freguesia de Cristelos interpelava a CML a propósito das vastas obras de melhoramento da vila, como a abertura de avenidas, reparação de ruas e embelezamento de jardins, questionando “porque não se cuida também do progresso moral e educativo dos seus habitantes, criando escolas e dando às poucas que existem um pouco de cuidado e protecção?” (Cardoso, 1942).

⁷ *Decreto-Lei n.º 41037*. D.G. I Série. 64/1957 (1957-03-20) 321-322.

⁸ *Lei n.º 2107*. D.G. I Série. 79 (1961-04-05) 379-381.

Freguesias	Sede do núcleo	Localidades que o constituem	Salas	Edifícios						
				1 sala	2 salas	3 salas	4 salas	5 salas	6 salas	8 salas
Concelho de Lousada										
Avelada	Mousinho	Toda a freguesia	2	-	1	-	-	-	-	1
Barrosas	Devesinha	Idem	2	-	1	-	-	-	-	1
Boim	Igreja	Idem	2	-	1	-	-	-	-	1
Caíde	Boavista	Boavista	1	1	-	-	-	-	-	1
"	Estação	Estação, Vilar Verde, Mouro, Almeida e Nor- tozelo	2	-	1	-	-	-	-	1
Casaís	Pereiras	Barreiro, Pereiras e Sobreiro	2	-	1	-	-	-	-	1
Cermadelo	Santo António	Toda a freguesia	2	-	1	-	-	-	-	1
Covas	Regadas-Cruzeiro	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
Cristelos	Monte Sines	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
"	Laboreiro	Idem, excepto Crasto	2	-	1	-	-	-	-	1
Figueiras	Crasto	Crasto	1	1	-	-	-	-	-	1
Lodares	Igreja	Toda a freguesia	1	1	-	-	-	-	-	1
Lustosa	Santa Isabel	Idem	2	-	1	-	-	-	-	1
"	Igreja	Igreja, Sequeiró, Pocinhos, Carcavolos, Vi- nhas, Baça, Lustosa de Cima, B. Nova e S. Gonçalo	2	-	1	-	-	-	-	1
Macieira	Paredes Súcas	Os restantes lugares da freguesia	2	-	1	-	-	-	-	1
Meinedo	Cruzeiro	Toda a freguesia	2	-	1	-	-	-	-	1
"	Casaís	Idem, excepto os lugares infra	4	-	2	-	-	-	-	2
"	Rumariz	Cales, Casaís e Espeinho	2	-	1	-	-	-	-	1
"	Subribas	Subribas, Regadas e Ronfe	2	-	1	-	-	-	-	1
Nevogilde	Lagoas	Toda a freguesia	4	-	2	-	-	-	-	2
Nogueira	Lagoa	Idem e a de Alvarenga	1	1	-	-	-	-	-	1
Nespereira	Cruzeiro	Toda a freguesia	2	-	1	-	-	-	-	1
Ordem	Idem	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
Pias	Oitava	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
Santo Estêvão	Venda	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
S. Fins do Forno	Rio	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
Santa Margarida	Boavista	Idem	4	-	2	-	-	-	-	2
S. Miguel	Telheiro	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
Silvares	Mós	Idem	1	1	-	-	-	-	-	1
"	Mós	Mós, Canceia, Nora, Bica, Sabugueiro e Outeiro	1	1	-	-	-	-	-	1
Sousela	Bairral	Bairral, Bouça Figueira, Ribeiro, Outeiro e Olival	2	-	1	-	-	-	-	1
"	Moreira	Moreira, Súcas, Moimenta, S. Cristóvão e Aldeia	1	1	-	-	-	-	-	1
Vilar	Vilar	Toda a freguesia	1	1	-	-	-	-	-	1
			55	15	20	-	-	-	-	35

QUADRO 1. Mapa definitivo das obras de escolas primárias, com a indicação do número de escolas a construir no concelho de Lousada (DGEMN - DOCEP, 1943).

Passando o olhar pelas freguesias que constituem o concelho de Lousada, Caíde de Rei encontra-se no “número de paróquias esquecidas por quem de direito”, onde o problema escolar atinge proporções alarmantes pela degradação das suas instalações, pois “a escola masculina é péssima, tem cores de trapeira, de armazém de arrumações. Mal situada e de mísero aspecto interior decididamente não favorece o ensino” (Diniz, 1947c).

Em Lodares, Nevogilde, Covas, Santa Eulália da Ordem e Meinedo existe uma profunda carência de edifícios escolares e o ensino primário vai-se desenrolando em “salas acanhadas, mal iluminadas, de fraca cubagem, algumas constituindo perigo sério para a segurança da vida das crianças” (Diniz, 1947d).

Já em Lustosa, sente-se “a pobreza de mobiliário e material didáctico que numa e noutra escola (feminina e masculina) se patenteia”, contando-se, na escola masculina, oito cadeiras para uma turma com mais de quarenta crianças (Diniz, 1947e), enquanto para a vila se debate a conveniência em “atrair a um único núcleo escolar todas as crianças da zona urbana (...), trate-se de Silvares ou Cristelos, de maneira a fazer-se a rotação natural de classes com melhor aproveitamento e menos esforço das crianças e agentes do ensino” (Diniz, 1949).

Na realidade, muitas salas de aulas funcionavam em casas particulares arrendadas, salões paroquiais e até mesmo em anexos de mercearias e garagens. Faltavam, sem dúvida, locais especialmente dedicados ao ensino, que reunissem as condições essenciais para tão importante tarefa. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, a implementação do Plano dos Centenários desenrola-se sem a celeridade que se impunha, ao ponto de se acusar os responsáveis camarários de não dar a devida importância ao mesmo, “desprezando-se criminosamente uma grande obra de alcance nacional e as importantes participações que o Estado destina para tal efeito” (Barros, 1947a).

Mas não eram só as vozes discordantes a fazerem-se sentir. Perante as enormes dificuldades inerentes a uma obra desta magnitude, o empenho da edilidade foi elogiado por alguns dos seus apoiantes. Como tal, é possível encontrar opiniões de enaltecimento, reconhecendo que “o Município de Lousada vem trabalhando, consoante as «suas forças» lho permitem, na difusão do ensino primário através de todo o concelho” e, “ao contrário doutros municípios que só mui tardiamente deliberaram abeirar-se do Plano dos Centenários, a Câmara de Lousada não deixou escapar-se tão proveitosa oportunidade, honra lhe seja feita” (Diniz, 1949).

Já perto do final da VI Fase do Plano dos Centenários, no ano de 1959, funcionavam em todo o concelho 72 lugares de escola e 16 postos escolares, num total de 3.192 alunos, sendo 1.754 do sexo masculino e 1.438 do feminino (Pinho, 1959). Então, o que foi realmente feito para dinamizar a rede escolar do município?

4. AS NOVAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

4.1. FREGUESIA DE AVELEDA

A obra para a construção do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo de Mourinho, na freguesia de Aveleda, foi projetada durante a II Fase do Plano dos Centenários, decorria o ano de 1945.

Adjudicada em 17 de julho de 1947 à empresa Sociedade de Construções Arouquense Lda., o custo da empreitada situou-se nos 134.934,89 escudos (DGEMN, 1947). A 8 de maio de 1948, é elaborada pelo MOP a memória descritiva das obras complementares que se deveriam realizar. Os trabalhos contemplavam a construção de um muro de alvenaria que rodeasse todo o terreno e uma vedação sólida, o estabelecimento de uma cancela e os respetivos acessórios, utilizando madeira de macaúba (árvore indígena do Brasil), a regularização do terreno e a captação de água através de um poço, com um custo total de 33.732 escudos, incluindo outros trabalhos imprevistos e respetiva fiscalização. O pagamento seria financiado pela venda de madeiras pelo Commissariado do Desemprego, sob a tutela da DGEMN (DOCEP, 1948d).

Finalmente, em 18 de dezembro de 1948, o *Jornal de Lousada* dava conta da inauguração da nova escola, com a presença do então Presidente da CML, Henrique de Castro Neves Pereira Leite, aproveitando-se a ocasião para uma homenagem póstuma à antiga professora da freguesia, A. Maria das Mercês Lame-

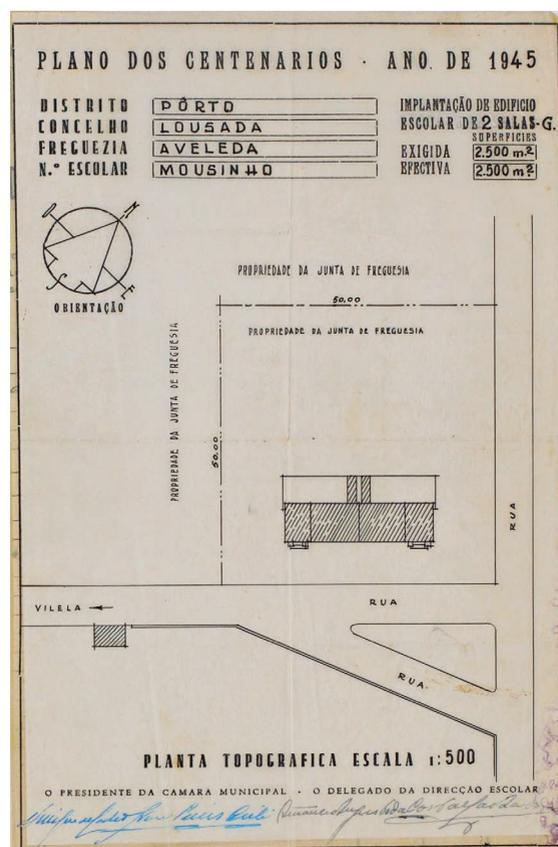


FIGURA 1. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Mourinho, Aveleda (DOCEP, 1945).

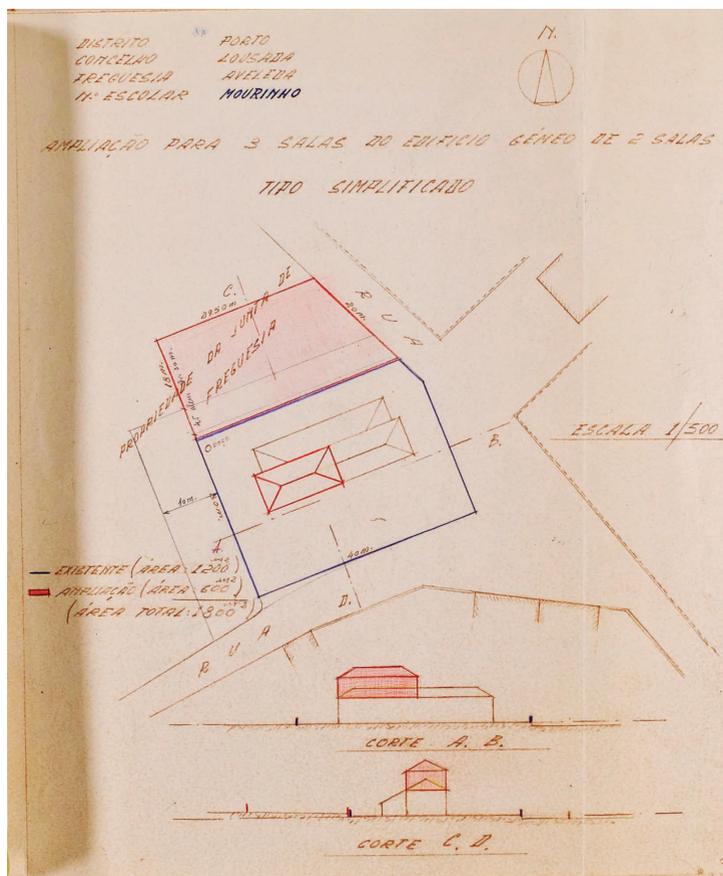


FIGURA 2. Planta topográfica, à escala 1:500, para ampliação, para três salas, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Mourinho (S.a., s.d.).



FIGURA 3. Escola Primária de Mourinho na atualidade. Inicialmente construída com duas salas e mais tarde ampliada para quatro (Daniel Teixeira, 2016).

las, grande promotora do ensino e da construção de uma nova escola, com a presença de seus antigos alunos (Barros, 1948b).

Contudo, a conclusão das obras complementares e entrega definitiva do edifício apenas ocorreu quatro meses depois, em 27 de abril de 1949 (DOCEP, 1949). Já durante a década de 1960, a escola gémea, de duas salas, sofre uma ampliação para três salas. Contudo, não chegaram até nós informações suficientes para expor com clareza todo esse processo, bem como o ano de finalização das obras realizadas.

4.2. FREGUESIA DE BOIM

O local para a construção da escola primária de Boim, no lugar de Igreja (Cruzeiro), foi aprovado superiormente decorria o mês de janeiro de 1957. O terreno escolhido, pertencente a Manuel Teixeira Lopes, residente na freguesia, fica definitivamente disponível em maio do mesmo ano (CML, 1957).

De salientar que o edifício gémeo, de duas salas, de tipo rural, da VI Fase do Plano dos Centenários, projetado para o lugar de Igreja, estava inicialmente pensado para o lugar de Devesinha, na freguesia de Caide de Rei. Contudo, as dificuldades encontradas para a aquisição de um terreno apropriado levaram a que a DOCEP, sob a tutela da DGEMN, pedisse às entidades camarárias a transferência da empreitada (DGEMN, 1957).

Em março de 1958 é apresentada a memória das obras complementares da empreitada, adjudicada a Adriano Leal da Silva Neto, onde se inclui a regularização parcial do terreno, a vedação do perímetro com um muro de alvenaria, a colocação de uma entrada, constituída por ombreiras e soleira de cantaria e cancela de ferro, a construção de fossas e abastecimento de água por um poço, enquanto a diferença de níveis existente

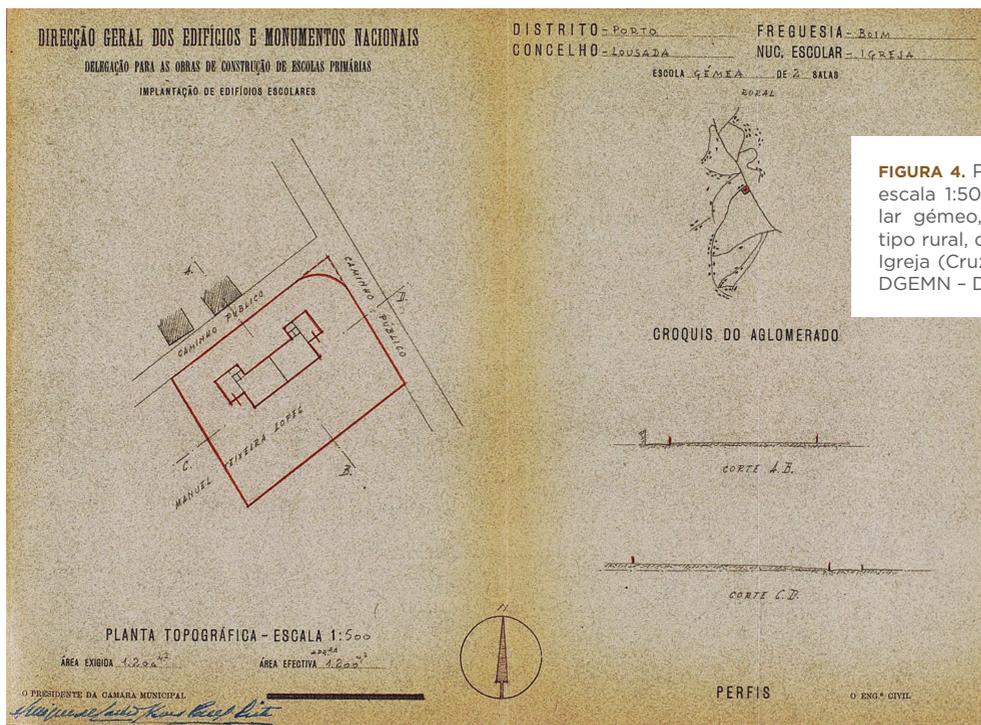


FIGURA 4. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, de tipo rural, do núcleo escolar de Igreja (Cruzeiro), Boim (MOP - DGEMN - DOCEP, 1957).



FIGURA 5. Escola Primária de Igreja (Cruzeiro) na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

entre o caminho situado a nascente e o logradouro seria colmatada por uma escadaria de granito. O custo estimado destes trabalhos seria de 23.940 escudos (DOCEP, 1958c).

A entrega oficial deste novo edifício escolar ficou reservada para o dia 28 de janeiro de 1959, dois anos após a aprovação do terreno para a sua construção. A inauguração decorreu a 12 de abril do mesmo ano, contando com a presença do Presidente da CML, Henrique de Castro Neves Pereira Leite, e dos seus vereadores, do

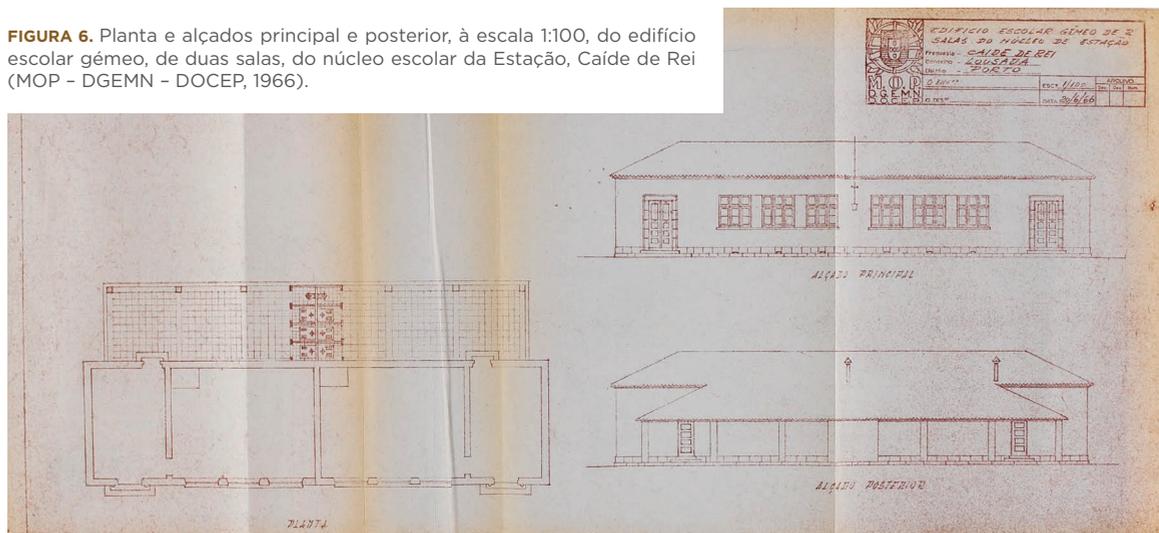
Subdelegado de Saúde, do Diretor Adjunto, Aprígio Rocha, do Delegado Escolar, Rev. Vigário da Vara, e das autoridades da freguesia.

O percurso até à escola estava “coberto com um tapete florido, arcos engalanados com colchas, enquanto as crianças dispostas em alas cobriam aqueles Senhores com flores e soltavam pombas”. Seguiram-se discursos sobre a importância do ensino e de se modernizar a rede escolar do concelho, com Henrique de Castro Neves Pereira Leite “pedindo que naquele edifício não se ensinasse só a ler e a escrever mas que houvesse também a preocupação em formar verdadeiros cidadãos” (Couto, 1959).

4.3. FREGUESIA DE CAÍDE DE REI

Para esta freguesia foi prevista a edificação de duas escolas, no âmbito do Plano dos Centenários. Do primeiro edifício escolar gémeo, de duas salas, incluído na II Fase de construções e localizado no núcleo da Estação, não chegaram até nós muitas informações. O *Jornal de Lousada* dá-nos a indicação, em abril de 1949, que as obras para a sua

FIGURA 6. Planta e alçados principal e posterior, à escala 1:100, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar da Estação, Caíde de Rei (MOP - DGEMN - DOCEP, 1966).



construção vão bastante adiantadas, lembrando a necessidade de “colocação de placas que assegurem a vida das crianças”, devido ao trânsito intenso da estrada que liga a localidade a Felgueiras (Diniz, 1949).

Sabemos que a empreitada foi adjudicada à Sociedade de Construções Arouquense Lda., por 134.939,89 escudos (DOCEP, 1948a), tendo a escola sido entregue à tutela da CML em novembro de 1949.

Sabemos igualmente que, na mesma altura, foram detetados alguns constrangimentos, como a falta de bebedouros para as crianças e de um muro de suporte no recreio que evitasse o desprendimento de terras, situação que a DGEMN considerou colocar de parte, devido ao elevado custo das obras complementares – cerca de 35.267,93 escudos –, fruto da “íngrata topografia do terreno, que foi aceite por este serviço apenas para facilitar, o problema da construção da escola” (DGMEN, 1949), deixando a responsabilidade à CML.

Mais tarde, em 1964, é estudada a possibilidade de ampliação do edifício para mais duas salas. Porém, a obra não foi considerada aconselhável, uma vez que a escola “se situa[va] à margem de uma estrada nacional de intenso movimento”, agravada pela “sua área ser apenas de 1.040 metros quadrados sem qualquer possibilidade prática de ampliação dada a natureza acidentado do terreno” (DOCEP, 1966b), acabando por ser definitivamente abandonada e sugerida a construção de um novo edifício numa localização a definir (DOCEP, 1966c).

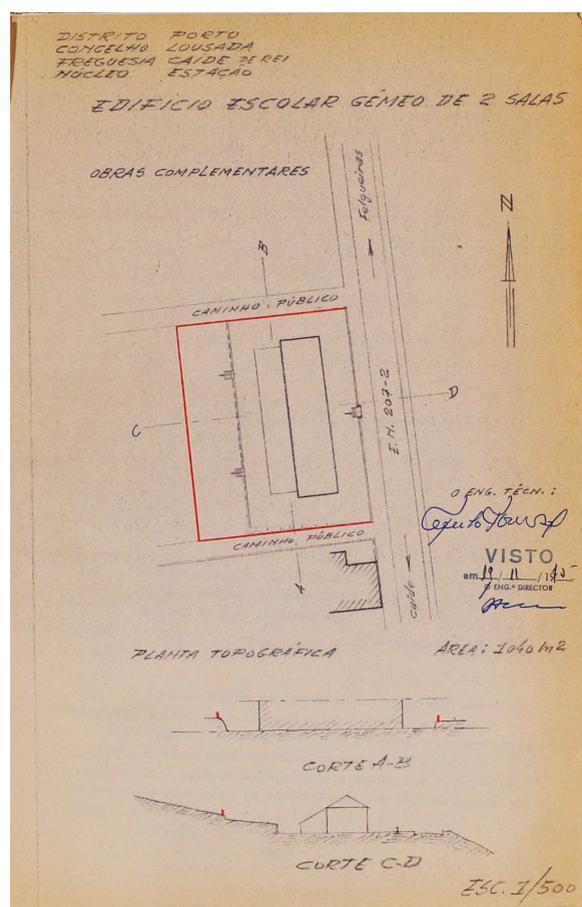


FIGURA 7. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar da Estação (DGEMN - DOCEP, 1949).



FIGURA 8. Escola Primária da Estação na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

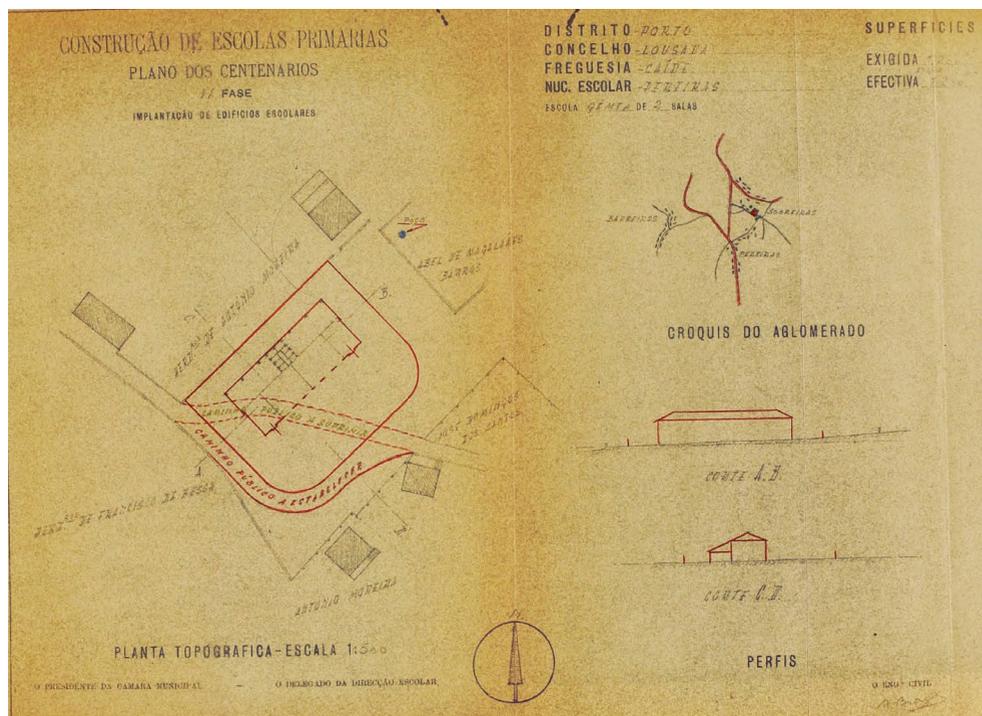


FIGURA 9. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, inicialmente planeada para o núcleo escolar de Pereiras, Caíde de Rei (DGEMN – DOCEP, 1949).

Em alternativa, foram efetuadas profundas obras de reparação. O corpo docente demonstra claramente a situação ruínosa do edifício, informando a Direção do Distrito Escolar do Porto (DDEP) que “o estado desta escola é deplorável, agravando-se de dia para dia”, com brechas em todas as paredes e o teto “completamente deteriorado, ameaçando ruína”, e considerando que “se torna perigoso trabalhar em tais circunstâncias” (DDEP, 1967).

A situação leva à decisão de transferir, provisoriamente, os alunos e os docentes para a escola situada no núcleo de Pereiras, enquanto eram colocadas em prática as tão necessárias reparações, até março de 1968 (DDEP, 1966), altura em que estas foram concluídas.

O segundo edifício construído de acordo com o Plano dos Centenários, na sua VI Fase, foi a já referida escola do núcleo de Pereiras. Pensada, em 1956, como uma escola gémea, de duas salas, com cantina anexa, as dificuldades na aquisição do terreno ditaram a transferência do plano para a freguesia de Boim (DOCEP, 1957b).

Mas a necessidade de um edifício escolar em Pereiras continuou a fazer-se sentir. Em 1960 é autorizada a construção de uma escola gémea, de quatro salas, de tipo urbano, sendo a sua localização aprovada no ano seguinte, num terreno de Simeão Pinto

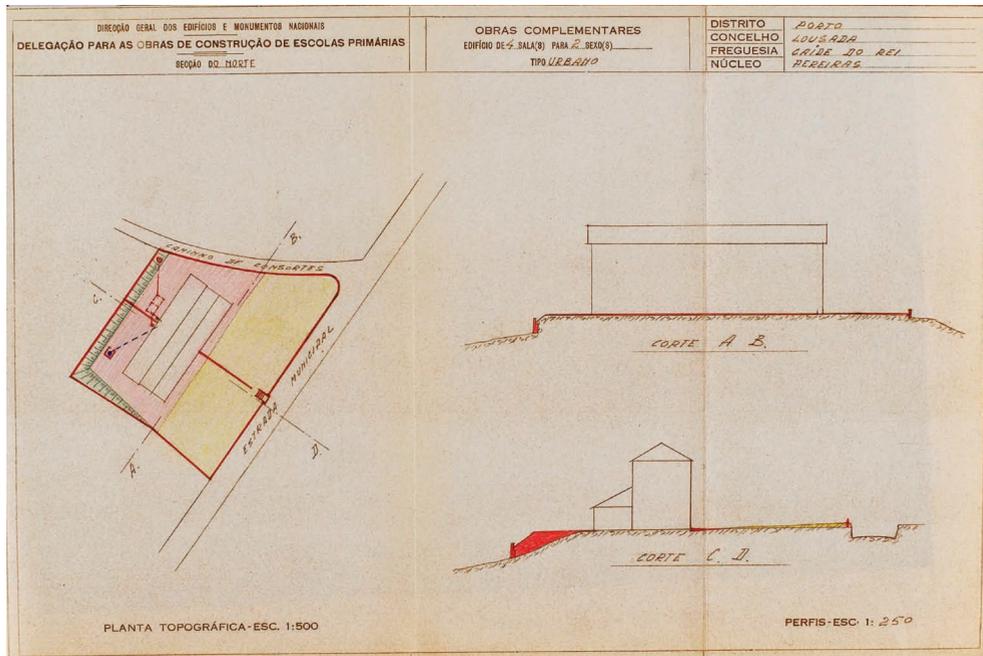


FIGURA 10. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gêmeo, de quatro salas, de tipo urbano, do núcleo escolar de Pereiras (MOP - DGEMN - DOCEP, 1960).

de Mesquita, com uma área de 1.800 m², bem localizado em relação ao núcleo e com acesso providenciado “por vários caminhos em razoável estado de conservação” (DOCEP, 1961a).

Em outubro de 1962 é elaborado e aprovado o projeto de obras complementares. Juntamente com trabalhos imprevistos, o valor despendido ascende a 53.741 escudos (DOCEP, 1962e), atrasando a conclusão do edifício, prevista para fevereiro do ano seguinte, mas que apenas se dá por terminada em maio de 1963.



FIGURA 11. Escola Primária de Pereiras na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

4.4. FREGUESIA DE CASAIS

Nesta freguesia foi erigida uma escola mista, de uma sala, no núcleo de Santo António. Infelizmente, não nos foi possível descortinar todo o processo de construção. Apenas verificámos uma pequena notícia do *Jornal de Lousada*, datada de 27 de maio de 1944, dando-nos conta da entrega definitiva do edifício à responsabilidade da CML (Moreira, 1944).

O que chegou até nós foi alguma documentação relevante sobre o processo de construção de um segundo edifício para o mesmo núcleo, gêmeo, de duas salas, de tipo rural.



FIGURA 12. Escola Primária mista, de uma sala, do núcleo escolar de Santo António, Casais, na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

Este longo processo começa a 15 de setembro de 1960, com o pedido, por parte do MEN, de alargamento do edifício de uma sala para mais duas (DOCEP, 1960d).

Verificou-se que seria necessário proceder ao alargamento do logradouro, já que este não respeitava a área mínima exigida para um edifício de três salas, de 1.800 m². Contudo,

só seria possível ampliar até 1.254 m², muito longe do espaço requerido para uma escola desta magnitude, o que levou a DGEMN, após análise minuciosa do orçamento disponível, a sugerir às entidades camarárias que optassem pela construção de um novo edifício, de duas salas, e não pela ampliação do existente. Para além do entrave para a aquisição do terreno necessário, segundo as estimativas da DGEMN, os custos do projeto de ampliação cifravam-se na ordem dos 124.950 escudos, enquanto os gastos estimados para um novo edifício rondariam os 94.120 escudos (DGEMN, 1960). Mais tarde, novos cálculos avolumaram consideravelmente os valores referidos, aumentando para 155.160 escudos, no caso da ampliação, e para 133.580 escudos, para uma nova escola, levando a CML a optar pela segunda opção (DOCEP, 1962a).

A aprovação do terreno para o novo edifício, cujo proprietário era Henrique de Castro Neves Pereira Leite, antigo Presidente da CML, ocorre em agosto de 1962. Tratava-se de um espaço ligeiramente inclinado no sentido norte-sul, mas possuía a área exigida de 1.200 m² e, mais importante ainda, não era possível encontrar terreno mais apropriado na freguesia: “é bom terreno para fundações” e “local airoso, soalheiro e abrigado dos ventos dominantes”, enquanto as “habitações envolventes são casas tér-

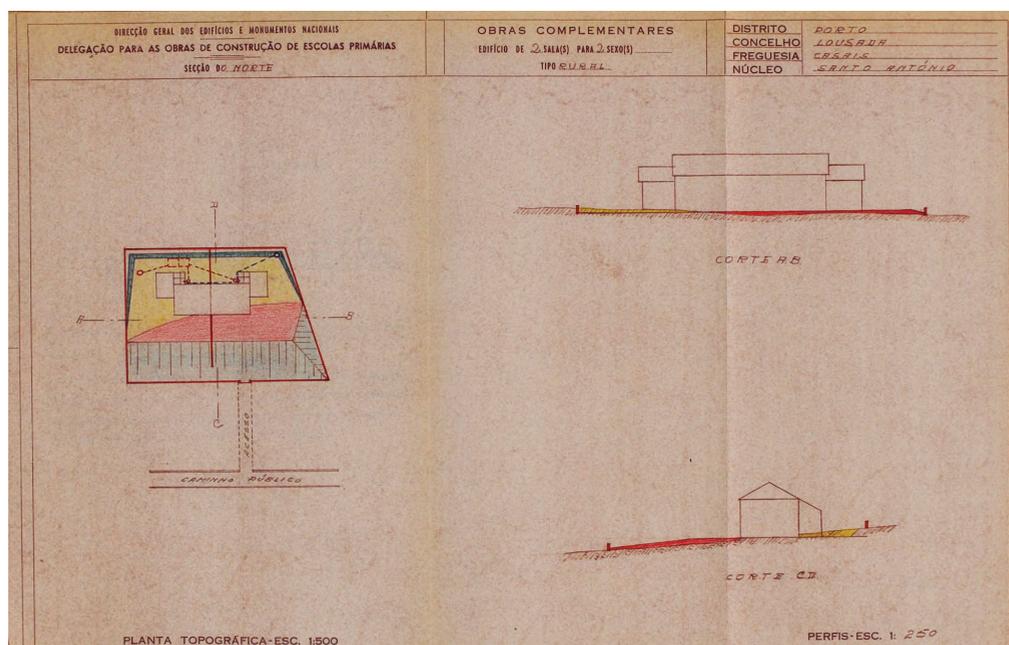


FIGURA 13. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, de tipo rural, do núcleo escolar de Santo António (MOP - DGEMN - DOCEP, 1962).



FIGURA 14. Escola Primária de Santo António na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

reas e deixam a escola desafogada” e “tem fácil acesso por vários caminhos, todos em razoável estado de conservação” (DOCEP, 1962b).

Apesar da urgência no término da nova construção, as obras complementares apenas são aprovadas em agosto de 1965. Com um dispêndio de 25.554,60 escudos, incluem a regularização do logradouro, a vedação, em todas as frentes e na separação dos sexos, com muro de alvenaria, entrada constituída por ombreiras e soleira de pedra e cancela de ferro e fossas e abastecimento de água (DOCEP, 1965b). A conclusão da empreitada é terminada no ano seguinte, com a entrega do edifício às entidades camarárias a 11 de julho de 1966.

4.5. FREGUESIA DE CERNADELO

A 15 de setembro de 1952, a DGEMN pede à CML que providencie a instalação de uma escola mista, de uma sala, na freguesia de Cernadelo, do tipo Douro (CML, 1952a). A 10 de abril do ano seguinte, a DOCEP indica que a construção do edifício no lugar de Regadas será uma realidade, fazendo parte da V Fase do Plano dos Centenários, e pede informações sobre os terrenos disponíveis, para que se possa organizar a sua vistoria o mais rapidamente possível (DOCEP, 1953a).

Através da memória descritiva do terreno podemos verificar algumas das suas características essenciais. O local, propriedade de Adelino de Sousa Mendes, “é sensivelmente plano no sentido norte-sul e ligeiramente inclinado no sentido nascente-poente, exigindo, todavia, um pequeno movimento de terras”, mas “nesta região não é (...) fácil de adquirir um terreno plano sem cairmos num terreno de cultura, sempre de difícil aquisição” (DOCEP, 1953b).

Porém, o terreno é inicialmente rejeitado pela DGEMN, pois obriga a um elevado gasto em obras complementares. A sua admissão tinha como condição a aceitação, por parte da CML, em assumir o resguardo do rego de água que atravessa o local, antes que a construção do novo edifício escolar fosse iniciada. A recusa obrigaria a um novo e moroso processo de escolha de outro terreno, o que levou o executivo camarário a aceitar as condições impostas (DGEMN, 1953a).

A escolha do terreno acabaria por ser aprovada a 25 de agosto de 1953 e a empreitada atribuída a Adriano Leal da Silva Neto, estando incluída num projeto de construção

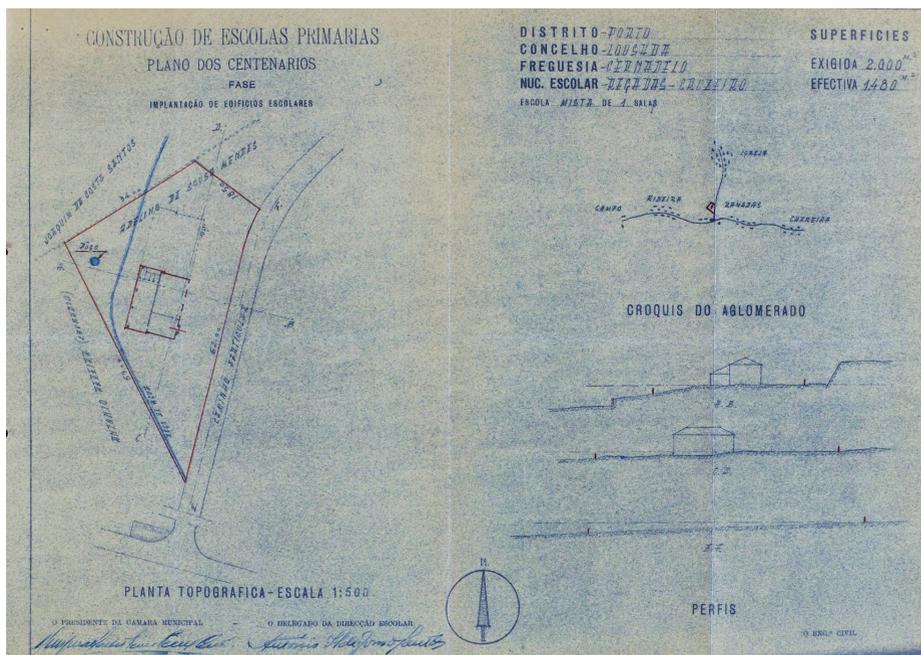


FIGURA 15. Planta topográfica, à escala 1:500, da escola mista, de uma sala, do núcleo escolar de Regadas - Cruzeiro, Cernadelo (DGEMN - DOCEP, 1953).

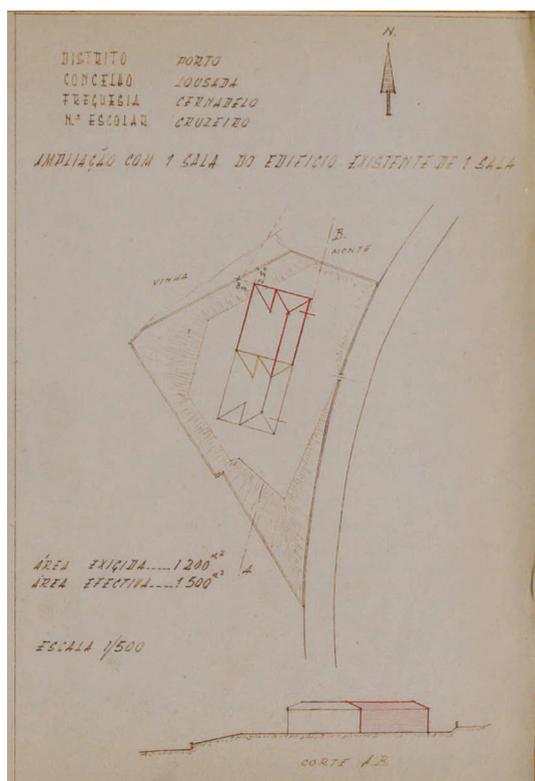


FIGURA 16. Planta topográfica, à escala 1:500, para ampliação, para duas salas, da escola mista, de uma sala, do núcleo escolar de Regadas - Cruzeiro (DGEMN - DOCEP, 1960).

de sete novos edifícios em diversos concelhos do distrito do Porto (DGEMN, 1953b). Apenas a 19 de abril do mesmo ano é aprovado o orçamento para as obras complementares, onde se inclui a regularização do recreio com a disposição de taludes, a construção de uma vedação pelo perímetro e uma de entrada com cancela de ferro e respetiva cantaria, bem como a regularização do abastecimento de água, com a instalação de uma bomba e de esgotos apropriados. Os gastos estimados situavam-se nos 30.380 escudos (DOCEP, 1954a).

Contudo, não tardariam a acrescer mais 11.624 escudos por trabalhos imprevistos, pois houve necessidade de se proceder a novas escavações de alvenarias de fundações, que excederam os volumes previstos inicialmente, bem como à aquisição e instalação de estores de madeira nas janelas da sala de aula (DOCEP, 1954b).

O novo edifício escolar é entregue, definitivamente, à CML a 2 de novembro de 1954, mas não acaba por aqui a história deste projeto. A 3 de junho de 1960 é decidida a sua ampliação, estando prevista alguma terraplanagem, a construção de um muro de alvenaria para separação das zonas masculina e feminina e a adaptação de novas tubagens para o abastecimento de água, num orçamento que não deveria exceder os 10.000 escudos (DOCEP, 1960a).

Em setembro de 1961, o *Jornal de Lousada* refere que a ampliação “já se encontra em fase de construção bastante adiantada (...), o que muito irá beneficiar as crianças em idade escolar, visto a que já existia ser insuficiente” (C., 1961). Porém, a entrega do edifi-



FIGURA 17. Escola Primária de Regadas - Cruzeiro na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

cio à CML surge apenas em dezembro do ano seguinte, mas sem o envio dos respetivos autos que oficializavam o ato. Esta situação levou ao protesto da edilidade, que pedia urgência na entrega da nova sala, “uma vez que a frequência escolar é elevada” (CML, 1963). Tal só viria a acontecer em 15 de janeiro de 1963.

4.6. FREGUESIA DE COVAS

A construção de um edifício escolar gémeo, de duas salas, de tipo rural, na freguesia de Covas insere-se na VI Fase do Plano dos Centenários e começa com um debate em torno da localização ideal para a sua implantação.

A edificação da escola estava, inicialmente, prevista para um terreno na sede do núcleo escolar de Monte Sines. No entanto, houve necessidade de encontrar um local mais favorável, uma vez que “só com grande despesa (...) se poderia obter superfície suficiente (...) dado o acidentado do terreno”. O facto de a freguesia de Covas ter uma reduzida extensão em termos territoriais levou os responsáveis pela empreitada a entenderem que “a localização do edifício em qualquer parte desta não obrigaria as crianças a deslocamentos exagerados” (DOCEP, 1957i). Desta forma, a escolha recaiu sobre a localidade de Almedinha, na periferia da freguesia, considerando-se, mesmo assim, como fazendo parte do núcleo de Monte Sines. A disposição do terreno selecionado, apesar de a área de 1.100 m² ser inferior à exigida, “é ótima e permitirá que a frente principal do edifício escolar fique orientada para o quadrante sul-nascente”, num local “sadio, soalheiro e abrigado dos ventos dominantes”, o que o torna “um dos melhores terrenos existentes no local satisfazendo perfeitamente o fim em vista” (DOCEP, 1957h).

Adjudicadas ao empreiteiro Carlos Pinto, residente na freguesia de S. Paio de Casais, por um valor de 88.495 escudos (DOCEP, 1958a), as obras de construção avançam rapidamente, decorrendo sem entraves de maior até à sua entrega definitiva à CML, a 23 de outubro de 1959.

Contando com as obras complementares e com os trabalhos imprevistos, que incluíam a regularização do terreno, a construção de uma vedação em redor do perímetro e para separação dos géneros, o abastecimento de água e esgotos, bem como o assenta-

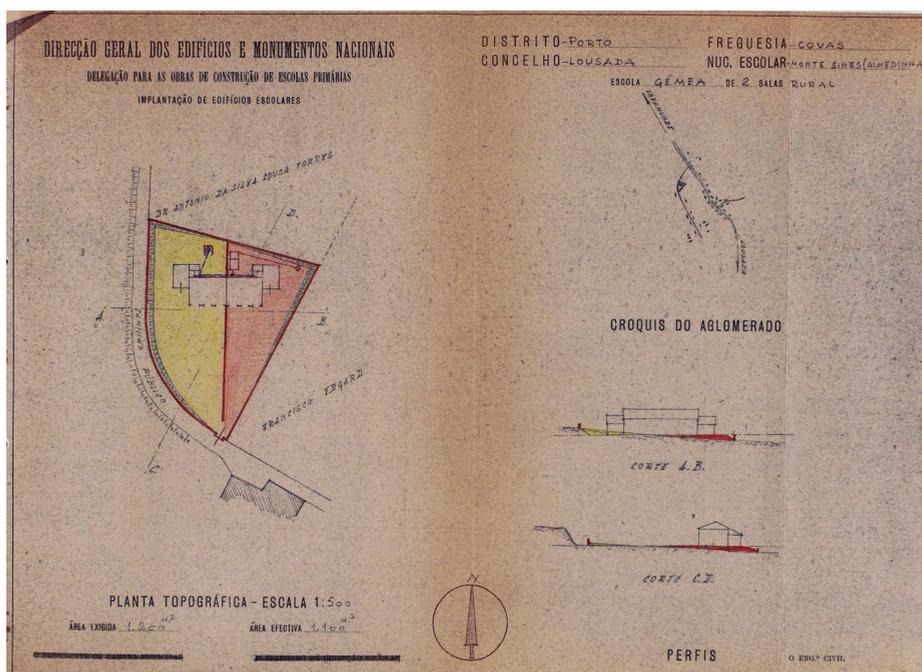


FIGURA 18. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, de tipo rural, do núcleo escolar de Monte Sines (Almedinha), Covas (MOP - DGEMN - DOCEP, 1957).



FIGURA 19. Escola Primária de Covas na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

mento de uma placa de mármore com a inscrição do ano de conclusão, os custos finais da construção da nova escola situavam-se nos 121.280 escudos (DGEMN, 1959a).

4.7. FREGUESIA DE FIGUEIRAS

O processo para a construção de uma escola gémea, de duas salas, de tipo rural, com o propósito de servir o núcleo de Igreja, na freguesia de Figueiras, inserido na VI Fase do Plano dos Centenários, foi verdadeiramente moroso. Inicialmente pensado para um edifício escolar misto, de uma sala, foram enviadas para aprovação junto da DGEMN, em março de 1956, a planta e a memória descritiva do “melhor terreno da freguesia”, situado no lugar de Fogaça e pertença de um tal Vasco Dias (DOCEP, 1956a).

As negociações para a sua aquisição foram inviabilizadas pela intransigência do proprietário, levando a CML a pedir a substituição da obra pela construção de um edifício gémeo, de duas salas, localizado na freguesia de Boim (DGEMN, 1956).

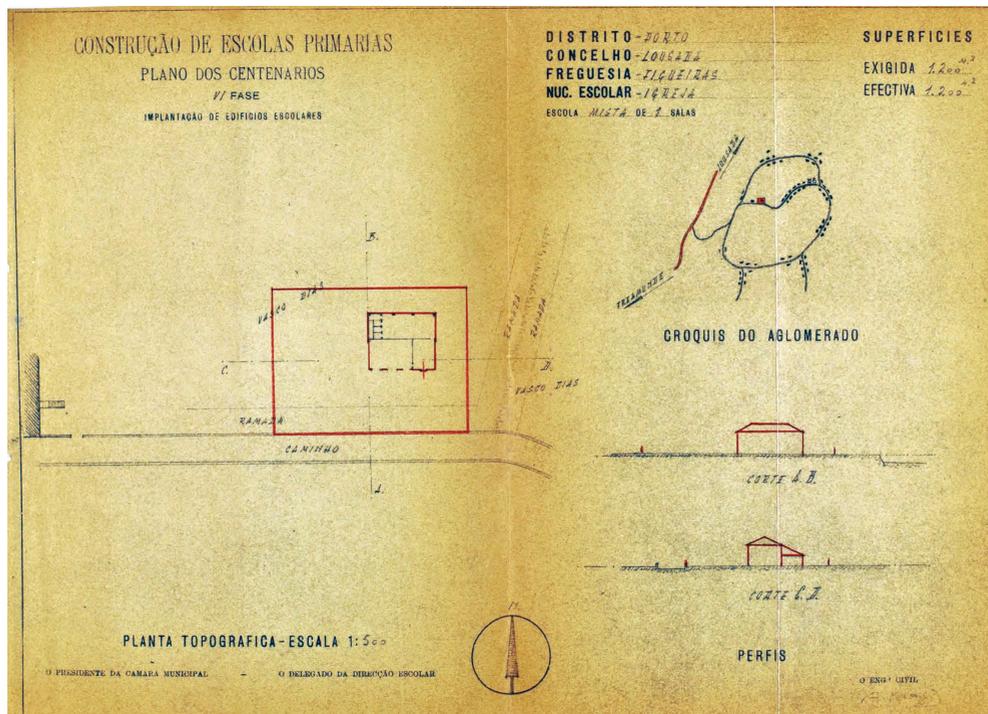


FIGURA 20. Planta topográfica, à escala 1:500, da escola mista, de uma sala, de tipo rural, inicialmente planeada para o núcleo escolar de Igreja, Figueiras (DGEMN - DOCEP, 1956).

Mais tarde, a escola de Figueiras seria totalmente riscada do plano de construções, por falta de verba para a aquisição de terreno, enquanto na freguesia de Boim acabaria por ser construído o edifício escolar projetado para o núcleo de Devesinha, em Santa Eulália de Barrosas (DOCEP, 1957d).

Contudo, o projeto não foi abandonado, voltando a constar do plano de trabalhos para o ano de 1960, desta vez como escola gémea, de duas salas. O local escolhido era precisamente o mesmo do plano original e, mais uma vez, a situação não se desenvolveu como pretendido. Em agosto de 1963 é proposto um terreno alternativo, do mesmo proprietário, que não merece a aprovação superior, pois “é francamente inferior ao já aprovado, tanto no respeitante à topografia e sua localização como pelo facto de não permitir (...) que o edifício fique com a fachada principal voltada ao caminho de acesso”. Ficou definido que terreno apenas deveria ser adquirido no âmbito de um processo amigável, que não demorasse mais de três meses, e que, se tal não sucedesse, “parece que se imporá a expropriação do terreno já aprovado” (DGEMN, 1964).

E assim foi. Por despacho da DGEMN, em agosto de 1964, é publicada, em *Diário de Governo*, a declaração de utilidade pública urgente para a aquisição da parcela de terreno original, oferecendo-se ao proprietário a quantia de 20 escudos por m², perfazendo um total de 24.000 escudos por uma área de 1.200 m², anteriormente avaliada em 54.000 escudos. Não se obtendo qualquer resposta por parte do mesmo, deu-se início ao processo judicial para a sua aquisição coerciva (DOCEP, 1964).

Vistoriaram-se também mais dois terrenos alternativos, que nem chegaram a ser submetidos a aprovação superior, já que “não reuniam as condições mínimas indispensáveis pois, além de mal orientados, eram muito acidentados e a Junta de Freguesia não assumia o encargo de os terraplanar” (DOCEP, 1967e).

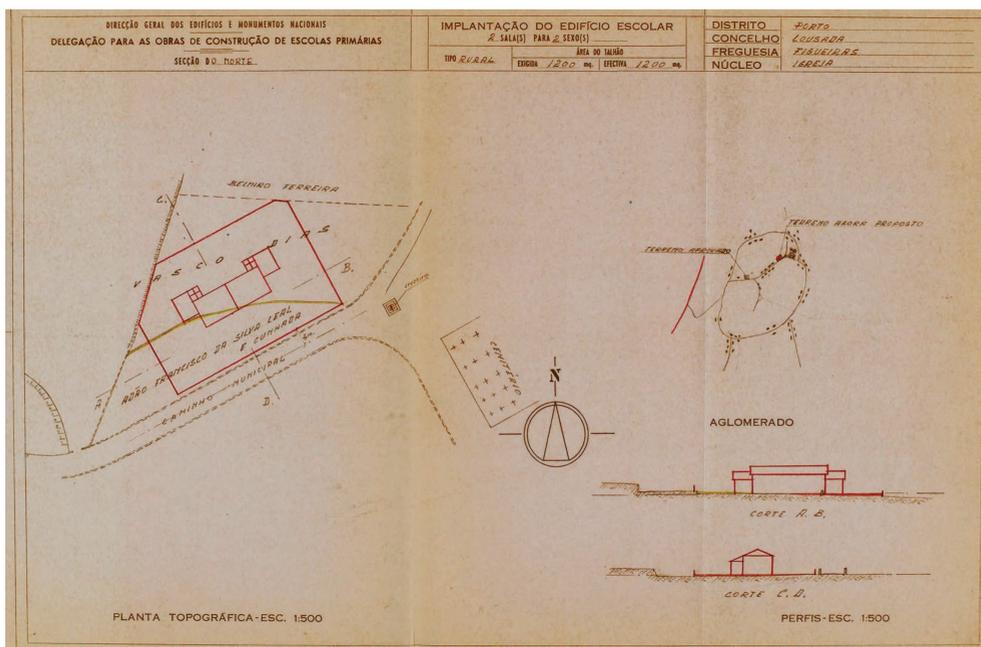


FIGURA 21. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gêmeo, de duas salas, de tipo rural, do núcleo escolar de Igreja (MOP - DGEMN - DOCEP, 1960).

Entretanto, o processo judicial arrasta-se durante longos anos, com recursos de ambas as partes, levando a DDEP ao desespero e a questionar a edilidade lousadense sobre quando seria, afinal, iniciada a nova escola. Uma ansiedade causada pelos alarmantes relatórios das fiscalizações realizadas à sala de aula que servia o núcleo de Igreja, em Figueiras, constatando-se que “não reúne condições mínimas para ali poderem continuar as escolas, pois está em ruína e é total o desconforto”. Por esta razão, a DDEP pede que se “determine que seja dada prioridade a esta construção” (DDEP, 1968a).

Não iremos aqui relatar todas as vicissitudes do processo que opunha judicialmente a CML e o proprietário, Vasco Dias, que conheceu o seu fim em junho de 1968, fixando-se a indemnização pela expropriação do terreno em 70.400 escudos (Tribunal de Lousada, 1968). Mas não ficaram por aqui os entraves à construção da nova escola. Em novembro do mesmo ano, a DDEP volta a manifestar preocupação pelo andamento do processo, “dadas as condições, mais que precárias, das instalações existentes” (DDEP, 1968b), recebendo, em resposta, a indicação de que não tinha sido realizado concurso público para adjudicação da obra, por manifesta falta de verba para o efeito (DOCEP, 1968).

Tal só viria a acontecer em dezembro de 1969, quando a recém-criada DGCE atribuiu a empreitada a Joaquim Soares, por um valor de 206.250 escudos, incluindo obras complementares e trabalhos imprevistos (DGCE, 1969). Volvido um ano, a construção ainda não tinha sido concluída, o que levou o empreiteiro a pedir uma prorrogação do prazo até 20 de abril de 1971, argumentando com a falta de mão-de-obra disponível para o término do projeto, o que não lhe permitia cumprir o prazo estipulado de um ano (DGCE, 1971).

Apesar da consideração demonstrada pelos organismos responsáveis, o certo é que as obras estagnaram completamente, criando grande alarme na CML, que implorava para que o empreiteiro fosse pressionado, “uma vez que as instalações onde funcionam presentemente as escolas são a título gracioso” (CML, 1971b).



FIGURA 22. Escola gémea, de duas salas, de tipo rural, do núcleo escolar de Igreja, entretanto demolida. (CML, 1972).

Porém, Joaquim Soares tinha outros planos. Abandona o país e instala-se em França, deixando a obra por concluir. Este facto obrigou à rescisão do contrato com o empreiteiro por parte da DIEP, procedendo-se à posse administrativa da construção e à abertura de novo concurso para a empreitada (DIEP, 1971).

A execução do trabalho remanescente coube ao empreiteiro Bernardo Pinto Nunes, por um valor de 198.990 escudos, tendo sido dispensadas as formalidades de elaboração de um contrato escrito, dada a urgência que se impunha (DIEP, 1972). A nova escola gémea, de duas salas, da freguesia de Figueiras ficaria concluída a 16 de fevereiro de 1973, tendo sido entregue definitivamente à CML em agosto desse ano.

4.8. FREGUESIA DE LODARES

Não começou da melhor forma a construção de um edifício escolar gémeo, de duas salas, inserido na II Fase do Plano dos Centenários, e que pretendia servir o núcleo de Planície. O problema maior parece ter sido a aquisição do terreno e os seus custos invariavelmente inflacionados pelos respetivos proprietários, o que muito atrasou o início da empreitada.

Perante a urgência em conseguir um espaço para a sua população escolar, a situação despoleta vozes de protesto e espanto, uma vez que “nem todas as pessoas se compenstrem de que a existência de um edifício escolar condigno só bem diz da freguesia e do seu povo” (Diniz, 1947a), e que “pedir uma continha redonda, aliás choruda, por escasos metros quadrados de terreno bravo, (...) nem ao Diabo lembra”. Os especuladores são também acusados de não perceberem a importância de se erguerem escolas “para trazerem a felicidade ao indivíduo e a prosperidade moral e material à Nação” (Barros, 1947b).

Todavia, o projeto avança rumo à sua conclusão. A 24 de novembro são enviadas para aprovação a planta topográfica e a memória do terreno a adquirir, para que se dê início à empreitada, adjudicada à Sociedade de Construções Arouquense por 134.939,89 escudos, juntamente com o plano de obras complementares, no valor de 32.197 escudos, que incluía a regularização do terreno, a construção de um muro de alvenaria em todas as frentes, com 1,10 metros, e de uma vedação nas traseiras, de esteios e arame, sobre a

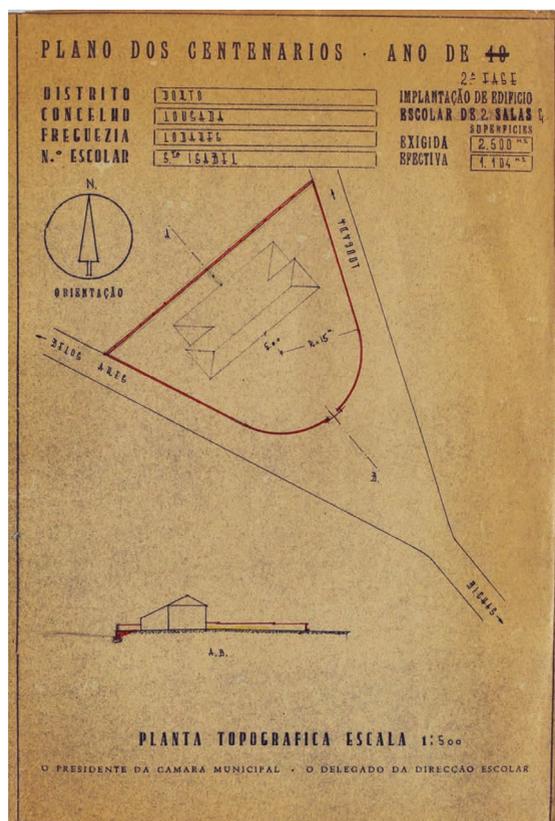


FIGURA 23. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Santa Isabel (Planície), Lodares (DGEMN - DOCEP, 1948).

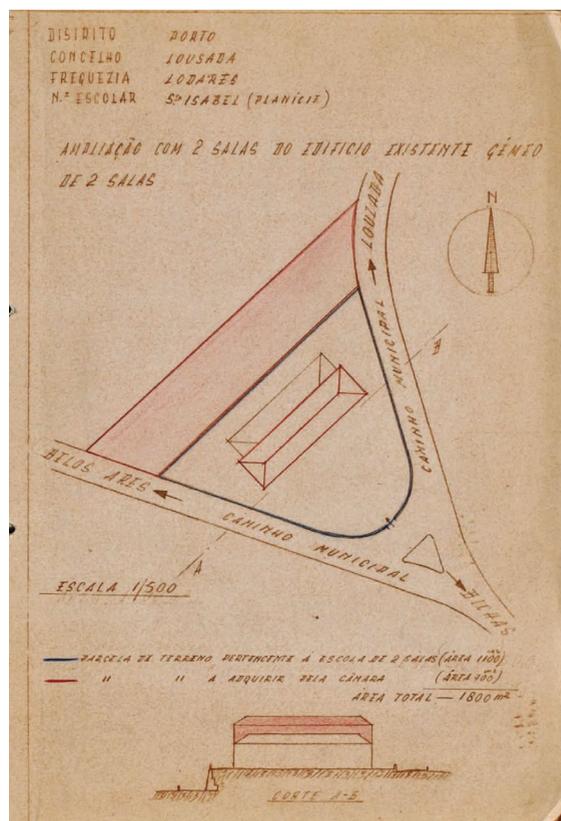


FIGURA 24. Planta topográfica, à escala 1:500, para ampliação, para quatro salas, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Santa Isabel (Planície) (DGEMN - DOCEP, 1960).

crista do muro de suporte, a colocação de cancela de ferro com os respetivos acessórios, a abertura de poço e instalação de uma bomba e ligação da água ao depósito (DOCEP, 1948c).

O edifício escolar estava praticamente concluído em setembro de 1949, o que levou a CML a pedir autorização para que entrasse em funcionamento logo no mês de outubro, “para evitar graves inconvenientes ao ensino”, uma vez que já tinha rescindido os contratos de arrendamento do antigo espaço escolar, não dispondo, por isso, “de quaisquer instalações para ser ministrado o ensino primário” (CML, 1949). A entrega definitiva tarda dois meses, sendo consumada a 21 de novembro de 1949.

A 29 de junho de 1960, a DGEMN anuncia a inclusão da ampliação desta escola no plano de construções escolares, dotando-a de mais duas salas. No entanto, este processo arrasta-se durante mais de 15 anos, devido à falta de verba, por parte da CML, para adquirir o indispensável terreno (DOCEP, 1960c). Apenas em 1971, as entidades camarárias informam que o terreno já está disponível para o avanço das obras, e, em março de 1972, é celebrado com a paróquia local um contrato-promessa de compra e venda para aquisição de uma parcela com 700 m², por 23.100 escudos (CML, 1972).

A conclusão do projeto prolonga-se por mais cinco anos. A entrega definitiva do edifício ampliado à CML aconteceu no dia 14 de janeiro de 1977.



FIGURA 25. Escola Primária de Planície na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

4.9. FREGUESIA DE LUSTOSA

A inclusão de Lustosa no Plano dos Centenários começa com alguma indefinição em torno dos terrenos escolhidos para o efeito. De facto, a IV Fase do Plano dos Centenários prevê a construção de dois edifícios escolares, ambos de duas salas, nesta freguesia, sendo que um deles deveria ser construído no núcleo de Igreja, servindo os lugares de Igreja, Sequeirô, Pocinhos, Carcavelos, Lustosa de Cima, B. Nova e S. Gonçalo, enquanto o outro deveria ser construído no lugar de Paredes Secas, com o propósito de servir a restante freguesia.

Contudo, o terreno indicado pela CML não estava localizado em nenhum destes lugares, mas sim em Bouça Cova. Como consequência, as opiniões dividiram-se: uns consideravam que as duas escolas, uma masculina e outra feminina, deveriam ser construídas no terreno proposto; outros permaneciam fiéis aos locais originais, argumentando que se tornava mais benéfico para a localidade (DOCEP, 1950a).

Por fim, ficou definido que Bouça Nova seria a localização ideal, planeando-se a construção de uma escola masculina e de uma feminina, mantendo-se os dois edifícios

devidamente afastados, para melhor separação dos dois géneros. O terreno escolhido era propriedade de António Moreira, Agostinho Rodrigues e Justina Pacheco e tinha uma área inferior ao mínimo exigido de 2.000 m². No entanto, a sua expansão viria a agravar em demasia os custos relativos à sua terraplanagem (DOCEP, 1951a).

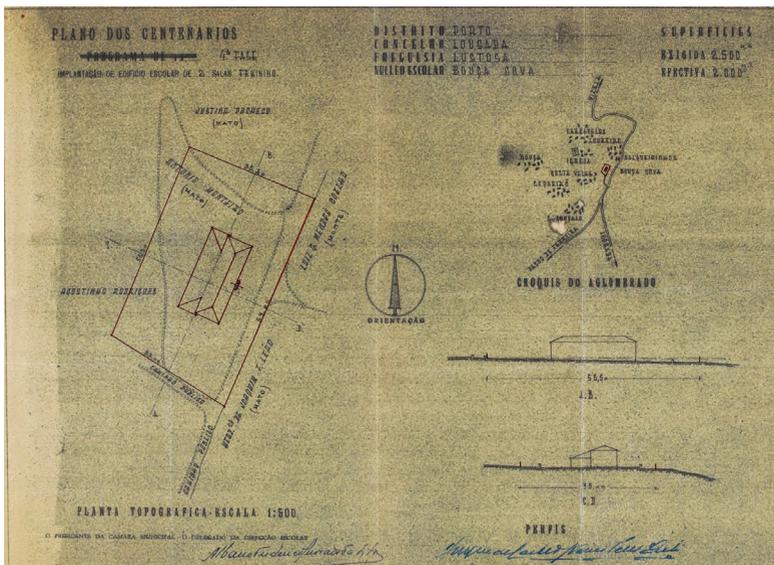


FIGURA 26. Planta topográfica, à escala 1:500, da escola feminina, de duas salas, do núcleo escolar de Bouça Cova, Lustosa (DGEMN - DOCEP, 1952).

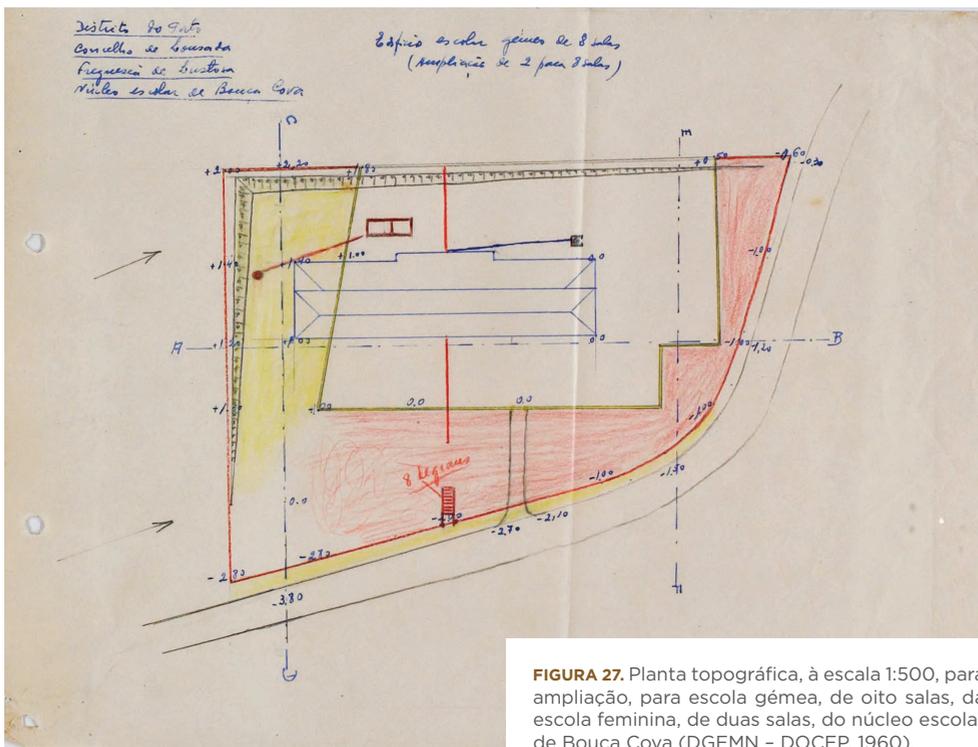


FIGURA 27. Planta topográfica, à escala 1:500, para ampliação, para escola gémea, de oito salas, da escola feminina, de duas salas, do núcleo escolar de Bouça Cova (DGEMN - DOCEP, 1960).

Na prática, apenas a construção do edifício de duas salas para a frequência feminina conheceu verdadeiro avanço, com a sua adjudicação ao empreiteiro Alberto de Sousa Freire. Apesar das contrariedades, a localização foi aprovada, bem como o projeto de obras complementares, com um custo estimado de 36.900 escudos, no qual se incluíam os trabalhos comuns de regularização parcial do terreno, a entrada com os respetivos acessórios e o abastecimento de água (DOCEP, 1952b). A estes encargos acresceram os trabalhos imprevistos para o fornecimento e montagem de estores de régua de madeira nas janelas, com um custo de 1.226 escudos. Contudo, os gastos com as escavações e fundações ficaram aquém do previsto, representando um saldo positivo de 1.909 escudos para o Estado (DOCEP, 1952a). A escola foi entregue aos cuidados da CML decorria o dia 27 de outubro de 1952.

Já na década de 1960, a escola sofre uma ampliação, passando de duas para oito salas, com o objetivo de instruir ambos os géneros. Desde a aprovação do novo plano, em dezembro de 1960, até à entrega definitiva do edifício decorrem praticamente cinco

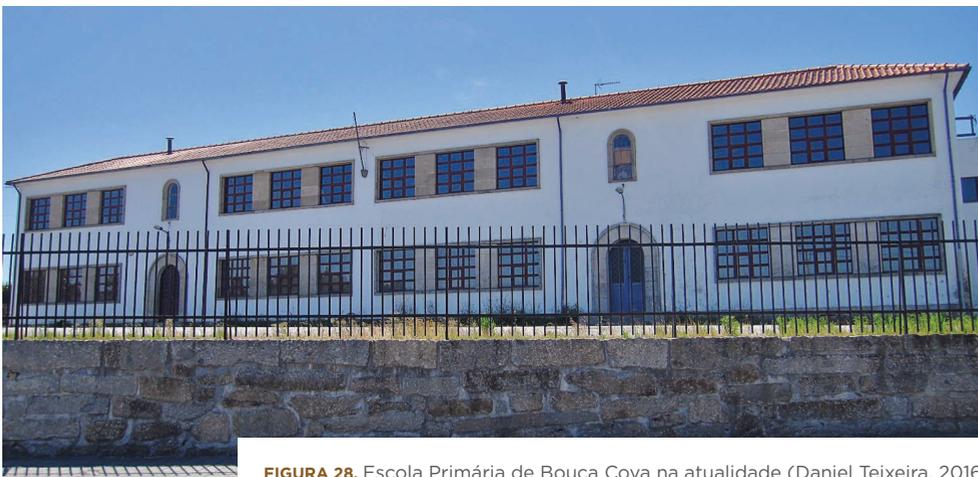


FIGURA 28. Escola Primária de Bouça Cova na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

longos anos, concretizando-se em julho de 1965. A morosidade do processo levou, inclusive, à necessidade de arrendar salas alternativas, no salão paroquial, durante todo o ano letivo, enquanto as obras eram concluídas (CML, 1964).

Finalmente, a 1 de maio de 1966, a nova escola mista, de oito salas, é inaugurada, “numa festa singela e modesta”, que contou a presença das entidades municipais, da Junta de Freguesia, do pároco local e dos habitantes de Lustosa, “que ficarão a lembrar o notável acontecimento e todos aqueles que contribuíram para a realização de tão imprescindível melhoramento” (C., 1966).

4.10. FREGUESIA DE MEINEDO

A história da construção do edifício gémeo, de duas salas, no núcleo de Sub-Ribas, incluído na VI Fase do Plano dos Centenários, começa em abril de 1956. O terreno escolhido, propriedade de Augusto Arrochelo Lobo, “é um pouco acidentado mas é o que se apresenta em melhores condições”, sendo “central, bem exposto e desafogado” (DOCEP, 1956c).

A empreitada foi adjudicada a Adriano da Silva Neto e as suas obras complementares arrancaram em junho de 1957. Com um custo estimado em 30.000 escudos, incluíam a regularização parcial do terreno, “sendo necessário proceder-se a um empréstimo de terras de modo a criar-se terraplano circundando o edifício escolar com a largura de 7 metros”, a colocação de uma vedação em todas as frentes com muros de alvenaria, a construção de uma entrada constituída por ombreiras e soleira de cantaria e cancela de ferro, fossas e abastecimento de água por poço (DOCEP, 1957c). A estes gastos acrescidos temos de juntar 1.963 escudos, investidos em trabalhos imprevistos, como novas escavações para fundações e fornecimento de uma placa de mármore com a inscrição do ano de conclusão da empreitada (DOCEP, 1958g).

No final do ano de 1958, o edifício estava concluído, mas continuava encerrado. Sobre esta situação, um ofício da DGEMN cita o *Jornal de Notícias*, que, na sua edição de 25 de novembro de 1958, escreve o seguinte: “será justo que, tendo um edifício novo (...) se obrigue umas dezenas de crianças a calcorrear nada menos de seis quilómetros, quantas vezes debaixo de chuva e em manhãs de frio intenso, por caminhos primitivos, quando essa nova escola

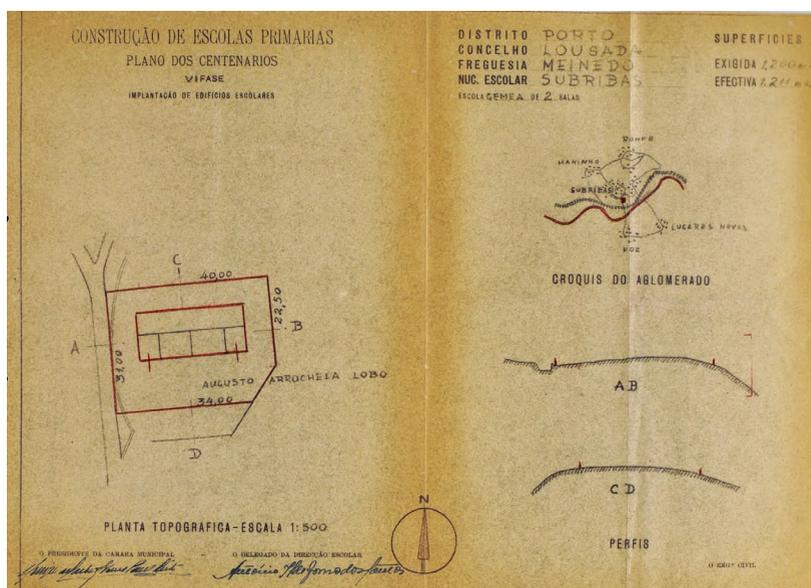


FIGURA 29. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Sub-Ribas, Meinedo (DGEMN - DOCEP, 1957).



FIGURA 30. Escola Primária de Sub-Ribas na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

se encontra a umas escassas centenas de metros de suas casas?” (DGEMN, 1958b). O processo legal para a entrega definitiva à CML é moroso, levando os responsáveis da edilidade a pedir o seu desbloqueio com grande urgência, “porque a sua falta muito se faz sentir” (CML, 1958b). A nova escola é finalmente entregue ao Presidente da CML, Henrique Gonzaga Pinheiro de Azevedo Lobo Pereira de Menezes, a 22 de dezembro de 1958.

Entretanto, um grupo de habitantes locais fez questão de investir na construção de um edifício que servisse de cantina para os alunos desta escola. Deste projeto muito pouco sabemos. Obtivemos apenas a indicação da recusa terminante da DGEMN do plano inicial, alegando que “a solução proposta não é aceitável por encostar a cantina ao edifício, por forma a ficar comum aos dois edifícios a quase totalidade da parede posterior das salas de aula” (DOCEP, 1959b).

Um novo projeto foi idealizado, desta vez com a implantação do edifício no recinto escolar e separado do edifício principal, merecendo aprovação em junho de 1959 (DOCEP, 1959c). Contudo, nisto se resumem os dados que conseguimos reunir, ficando por saber a data da sua conclusão.

4.11. FREGUESIA DE NESPEREIRA

A 7 de janeiro de 1951, Nespereira conheceu a inauguração de uma nova escola que, não obstante “instalada na residência paroquial, encheu de justificado júbilo a sua população” (Pinho, 1951). Um outro edifício, este definitivo e com espaço próprio, não tardaria a ser erigido.

A 9 de agosto de 1954 é aprovada a localização para a construção de uma escola gêmea, de duas salas, incluída na V Fase do Plano dos Centenários, num terreno “central e desafogado”, doado por António Leão, Presidente da Junta local (DOCEP, 1954c). O novo edifício, que iria servir o núcleo de Cruzeiro, estava originalmente previsto para o concelho de Valongo. Porém, os constantes atrasos na aquisição de um terreno apropriado levaram a DGEMN a optar por transferir a empreitada para a freguesia lousadense (DGEMN, 1954b).

O processo decorreu sem grandes sobressaltos e a empreitada mereceu alguns tratamentos especiais nas suas obras complementares: regularização do terreno “com

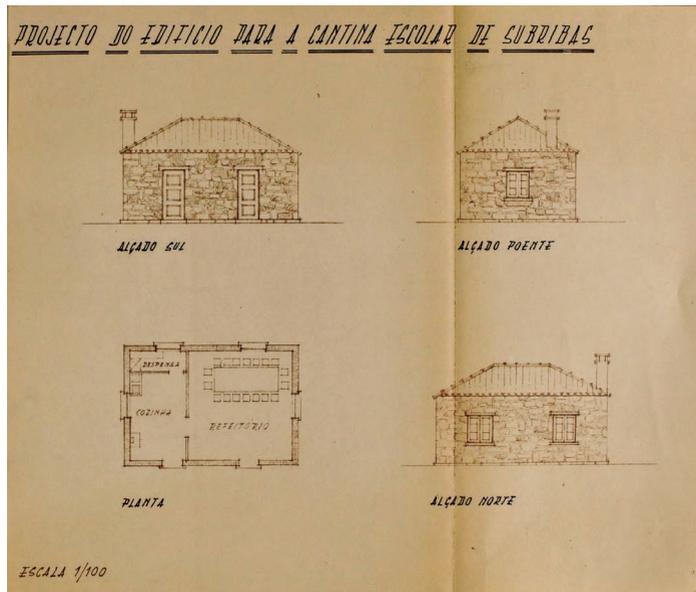


FIGURA 31. Planta (DGEMN - DOCEP, 1956) e alçados sul, poente e norte, à escala 1:100, da cantina escolar de Sub-Ribas (S.a., 1959).

estabelecimento de taludes revestidos de chorão carnudo”, vedação em todas as frentes “e no limite de separação do recreio masculino do feminino, com esteios e arame”, colocação da tradicional cancela com os seus acessórios, seguida de uma escada em pedra, bem como o abastecimento de água com recurso a um poço e bomba e as canalizações de esgotos. O custo total foi de 29.952,50 escudos (DOCEP, 1954c).

O único atraso digno de registo estava relacionado com a falta de material escolar. O problema leva o MEN a pedir à DOCEP urgência no seu fornecimento, “pois as salas não têm mobiliário próprio, estando a funcionar com o mobiliário da escola antiga” (CML, 1956b). Nada que atrasasse em demasia a entrada em funcionamento do novo edifício, entregue às entidades municipais, completamente concluído, em 28 de junho de 1956 (DOCEP, 1956d).

A propósito da sua inauguração, a 3 de fevereiro de 1956, o *Jornal de Lousada* refere que “Nespereira viveu (...) um dos melhores dias da sua vida”, festejado com um cortejo, encabeçado pelas “Bandeiras Nacional e da Mocidade Portuguesa, a seguir crianças das escolas com os seus bibes e acompanhadas das suas professoras, ranchos de raparigas com trajes regionais e cantando cantigas alusivas, seguindo-se o elemento oficial” (Pinho, 1956).

Na década de 1960 projetou-se uma ampliação para três salas. Este novo plano obrigou a obras de restauro nas salas existentes, que, nesta fase, se encontravam já num estado de degradação considerável. Assim, em 1967 procedeu-se à substituição do teto e das vigas de pinho por um de betão armado, “dado o ataque de caruncho que se verifica nas madeiras”, à substituição do telhado de pinho, “atacado pelo bicho, por outro com elementos em betão”, à troca dos fogões por salamandras com melhor rendimento e à retirada das portas de pinho, “completamente arruinadas pelo caruncho por outras de

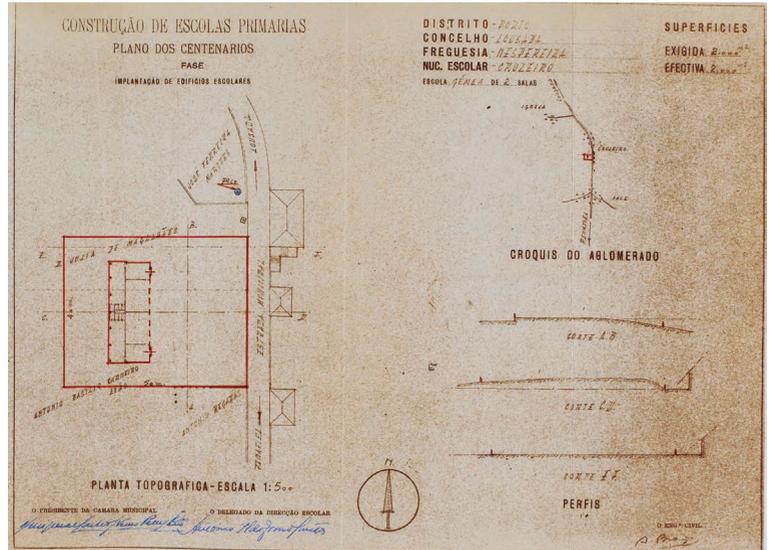


FIGURA 32. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gêmeo, de duas salas, do núcleo escolar de Cruzeiro, Nespereira (DGEMN - DOCEP, 1954).



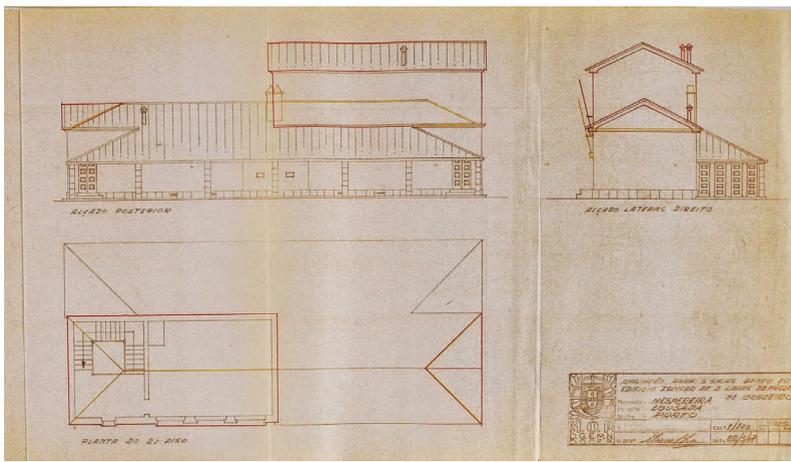


FIGURA 34. Planta do 2.º piso e dos alçados posterior e direito, para ampliação, para três salas, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Cruzeiro (MOP - DGEMN - DOCEP, 1967).

madeira de mogno”, o que levou à elevação dos gastos da ampliação para o valor proibitivo de 156.410 escudos (DOCEP, 1967d).

A parte respeitante à conservação das salas do Plano dos Centenários, cerca de 82.765 escudos, criou alarme na DGEMN, que a considerou excessiva para um edifício de apenas duas salas, construído há pouco mais de 10 anos, obrigando a uma revisão de todo o projeto. Este acabaria por seguir em frente nos moldes inicialmente previstos, pois “o estado de conservação das estruturas de madeira das coberturas de pinho é simplesmente deplorável impondo-se a sua urgente substituição” (DOCEP, 1967f).

4.12. FREGUESIA DE NEVOGILDE

A 2 de agosto de 1947, o *Jornal de Lousada* noticia com entusiasmo que “num pendor de um outeiro barrento e corado vai erguer-se brevemente um magnífico edifício escolar, obra que faz parte do Plano dos Centenários”, demonstrando, igualmente, o empenho do professor local, de seu nome Joaquim de Costa Machado, que trabalhou toda a sua vida “numa sala escura, e de há anos mais acanhada”, sentindo “prévia alegria só de saber que a sua terra adoptiva progride no campo da instrução” (Diniz, 1947b).

A adjudicação da construção de um edifício escolar gémeo, de quatro salas, duas para cada género, no núcleo de Lagoas, data de outubro de 1947, com um custo de 207.609,84 escudos.

Com as obras complementares, o recinto escolar mereceu “cuidados especiais”, que incluíram a regularização do recreio com patamares ligados por taludes e cobertos por gramíneas, uma escada de cantaria para ultrapassar o desnível do acesso, um muro de vedação, por forma a envolver todo o perímetro, e cancela com os acessórios indispensáveis. A empreitada contou, ainda, pelo lado

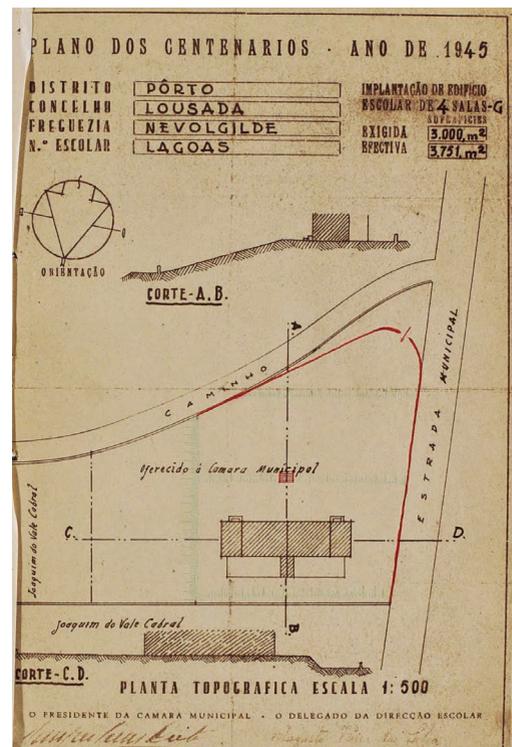


FIGURA 35. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de quatro salas, do núcleo escolar de Lagoas, Nevogilde (DGEMN - DOCEP, 1945).



FIGURA 36. Escola Primária de Lagoas na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

norte e nascente, com uma vedação de esteios, arame e sebe viva, com o abastecimento de água por intermédio de um poço e respetiva bomba e, por fim, com a construção de um maciço de betão armado destinado à colocação de um mastro com a bandeira. O custo total ascendeu a 33.467 escudos, incluindo gastos com trabalhos imprevistos e fiscalização, tendo a obra sido atribuída à Sociedade de Construções Arouquense, Lda., sem concurso público e contrato escrito, por forma a acelerar todo o processo (DOCEP, 1948b).

De facto, a construção deste edifício de quatro salas decorreu de forma célere e sem grandes sobressaltos. A obra viria a ser inaugurada em 1 de outubro de 1948, com a presença do Presidente da CML, Henrique de Castro Neves Pereira Leite, da Junta da Freguesia, do professorado, do pároco local e de Joaquim Cabral, da Casa de Juzam, que doou grande parte do terreno para a sua construção, para além da numerosa assistência dos habitantes da freguesia. O dia foi preenchido com vastos discursos de louvor à obra do Estado Novo e do “grandioso «Plano dos Centenários»”, que “vem dotando o ensino primário português, em doses maciças, com o elemento-base de combate ao analfabetismo: os edifícios escolares” (Barros, 1948a).

Mas nem tudo foi perfeito. Apenas dois anos após a sua inauguração surgem notícias alarmantes sobre alguma degradação das instalações. Por exemplo, a vedação, “com o seu inestético muro de suporte, não pode agradar a ninguém” e a parte junto ao caminho público “ficou com um desnível de quase dois metros, o que ocasiona, no Inverno, enormes enxurradas que muito prejudicam o (...) caminho e os terrenos de vários proprietários”. No limite a poente “houve a *feliz ideia* de se aproveitar o muro (...) de um vizinho do que resultou razoável economia (...) para os empreiteiros”, enquanto a vedação do lado sul, demasiado baixa, dava azo a que servisse de “acesso a toda a gente que entende que o recinto foi criado para campo de futebol” (L., 1951a).

Se, por um lado, a freguesia de Nevogilde ganhou um novo edifício escolar, por outro, perdeu uma das suas escolas femininas, por falta de frequência, sendo criado um posto escolar em sua substituição, tutelado por um regente, um profissional com manifestamente menor formação para a sempre difícil tarefa de lecionar, mas que permitiu obter consideráveis poupanças ao Estado (L., 1951b).

4.13. FREGUESIA DE NOGUEIRA

Na freguesia de Nogueira começou-se a definir a edificação de uma nova escola em maio de 1960, quando a DDEP informou a CML que a construção de um edifício gémeo, de duas salas, fora aprovada superiormente (DDEP, 1960b), com intenção de servir o núcleo de Lagoa.

No entanto, parece ter existido uma enorme falha de comunicação entre todos os organismos intervenientes neste processo. Cinco anos depois, a Secção do Norte da DOCEP indica que não foi informada que tal projeto estivesse incluído no então programa de construções escolares e, como tal, a empreitada nunca chegou a ser programada. Para tal terá também contribuído o facto de a CML nunca ter anunciado a sua concordância com o projeto (DOCEP, 1965a). Celeremente a edilidade afirma a sua concordância, chegando a referir que até já tinha à sua disposição um terreno apropriado (CML, 1965a). Contudo, apenas em março de 1967 é enviado, para a aprovação, o croqui do mesmo, propriedade de Jaime Amador e Pinho. O local possuía uma área de 1.210 m², orientado para o quadrante sul, para onde ficaria voltada a fachada principal da escola, apresentado uma “configuração um pouco irregular”, sem possibilidade de melhoramentos, mas correspondente às demais exigências legais. O seu acesso era facilitado por caminhos em bom estado de conservação, assumindo a CML e a Junta de Freguesia local a retificação do caminho a sul do edifício, procedendo à sua pavimentação (DOCEP, 1967c).

As obras complementares incluíram a regularização do terreno e o revestimento dos taludes com chorão gordo, bem como os trabalhos normais para edifícios deste tipo, designadamente a colocação de uma vedação de alvenaria em todo o perímetro, uma entrada constituída por duas ombreiras, soleira e pavimento cobertos de lajes de pedra e cancela de ferro e a instalação de esgotos e abastecimento de água por intermédio de poço e bomba. No total, atingiram a elevada quantia de 60.925 escudos (DOCEP, 1970a).

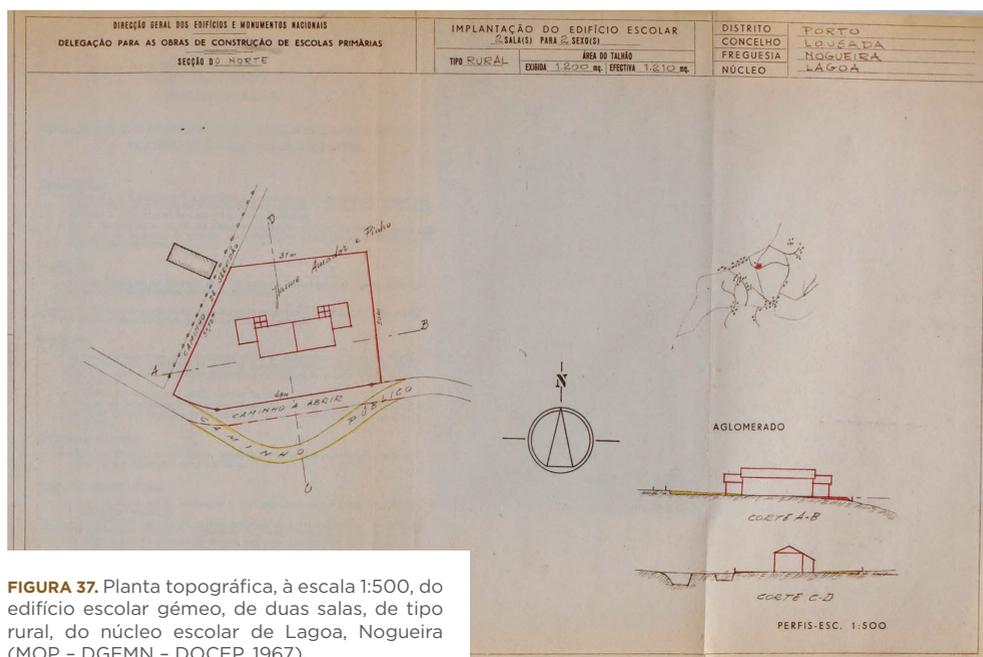




FIGURA 38. Escola Primária de Lagoas na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

Em 1970 pensa-se na alteração do plano, com uma proposta para a construção de um edifício gémeo, de quatro salas, em detrimento das duas já em construção. Contudo, a obra encontra-se já concluída e “dadas as precárias condições higiénicas, de salubridade, falta de luz natural e falta de espaço existentes no salão paroquial onde, presentemente, se ministra na freguesia”, a CML roga para que se transfira o corpo docente e os respetivos alunos para a nova escola (CML, 1970). Além do mais, a ampliação do terreno necessária para um edifício de quatro salas iria torná-lo demasiado sinuoso e dispendioso, aumentando consideravelmente os gastos com a aquisição das indispensáveis parcelas e obras complementares (DOCEP, 1970b).

Desta forma, o plano de ampliação é abandonado e a escola gémea, de duas salas, é oficialmente entregue à CML a 11 de setembro de 1970.

4.14. FREGUESIA DA ORDEM

Um novo edifício escolar era uma necessidade urgente na freguesia da Ordem. A CML e a respetiva Junta de Freguesia não deixam de criar alguma pressão junto das entidades competentes nesse sentido, esforços que começam a dar os seus frutos nos primeiros meses de 1959, quando o novo recinto é incluído na VI Fase do Plano dos Centenários e sua localização é finalmente selecionada e aprovada.

Trata-se de um terreno, propriedade de José de Magalhães e Sebastião Guimarães, com uma área inferior à exigida, perfazendo 1.660 m², um pouco aquém dos 1.800 m² necessários. Contudo, o espaço adicional a adquirir “apresenta-se muito acidentado (...) exigindo consequentemente um movimento de terras de certo modo elevado” (DOCEP, 1959a). Situado a cerca de 100 metros do cemitério, o terreno está próximo do local de maior densidade populacional, “o que permitirá que seja a minoria das crianças que terá de percorrer a estrada nacional ou atravessá-la”, numa localização “com ótimos horizontes na sua frente” (DOCEP, 1959a).

Previu-se a construção de um edifício de três salas: uma reservada para a frequência masculina, outra para a feminina e a restante para ambos os géneros (DDEP, 1959). Porém, conclui-se que uma escola gémea, de quatro salas, seria o mais indicado (DGEMN, 1961a).

As obras complementares decorrem durante o ano de 1961. Com um custo de 28.888 escudos, incluem a conclusão da regularização do terreno, a cargo da Junta de Freguesia,

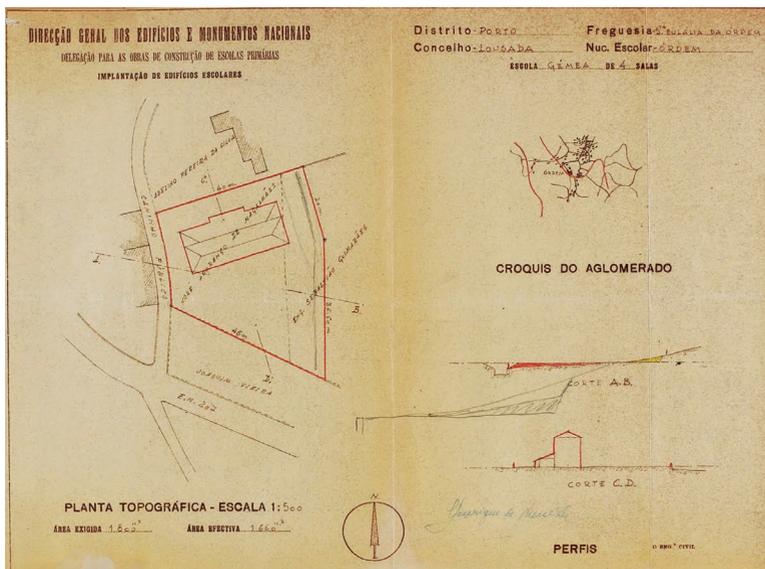


FIGURA 39. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gêmeo, de quatro salas, do núcleo escolar da Ordem, Santa Eulália da Ordem (MOP - DGEMN - DOCEP, 1959).



FIGURA 40. Escola Primária da Ordem na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

a vedação de todas as frentes e na separação dos géneros, uma entrada constituída por ombreiras e soleira de pedra e cancela de ferro, seguida de uma escadaria em pedra, bem como a regularização do abastecimento de água por poço e esgotos (DOCEP, 1961d).

A escola é entregue aos cuidados da CML a 28 de março de 1962, mobilada e pronta a funcionar. Mas nem tudo estava perfeito. Houve atrasos na conclusão do abastecimento de água, o que só

veio a acontecer em outubro desse ano, ainda a tempo de começar o novo ano letivo (CML, 1962a). Mas logo em novembro, a CML dá conta de muitas outras deficiências a resolver: as portas são de fraca construção, as janelas têm vidros partidos e o betume que segura os mesmos está levantado, assim como o estuque das paredes, o soalho cede, os “estrados encontram-se empenados”, o terreno não se encontra terraplanado e faltam os contadores elétricos e lâmpadas (CML, 1962b). Estas reparações conheceram a sua conclusão em março do ano seguinte (DGEMN, 1963).

4.15. FREGUESIA DE PIAS

A freguesia de Pias não passou ao lado do Plano dos Centenários. Em abril de 1960 é incluído no mesmo um projeto de construção de uma escola, de três salas, situada no núcleo das Oitavas ou Subdevesas (DDEP, 1960a).

A 22 de agosto são finalmente enviadas para aprovação a planta topográfica e a memória descritiva do terreno. A obra, adjudicada ao empreiteiro Carlos Pinto, residente em S. Paio de Casais, localiza-se num terreno com uma área de 1.800 m², doado por António Pinto de Mesquita, que “satisfaz sob todos os pontos de vista e em muito virá a embelezar e beneficiar o meio”, não havendo na localidade “qualquer outro terreno em melhores condições (DOCEP, 1962d).

O custo das obras complementares e dos trabalhos imprevistos ascendem a 44.147,60 escudos, incluindo a vedação do perímetro e da separação dos géneros, a entrada constituída por cancela de ferro e ombreira e soleira de pedra, o abastecimento de água por

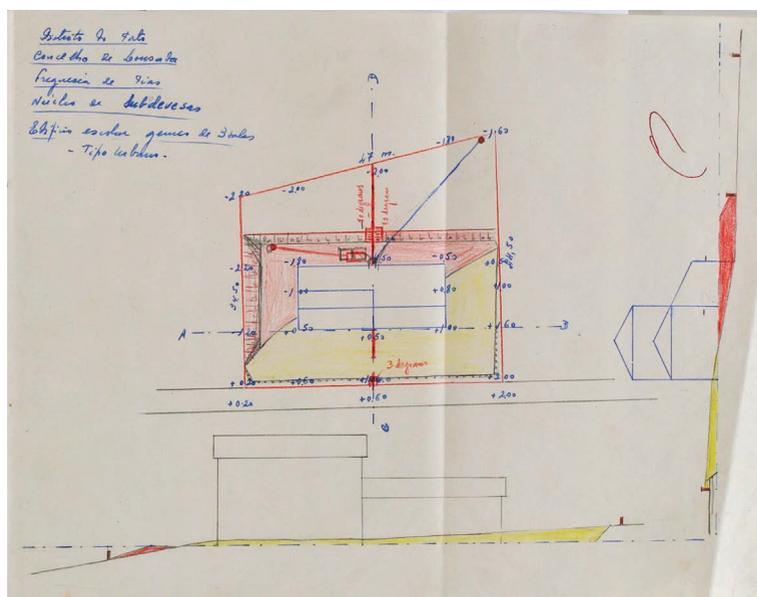


FIGURA 41. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de três salas, do núcleo escolar de Subdevesas (Oitavas), Pias (DGEMN – DOCEP, 1960).

poço, esgotos, regularização do terreno e duas escadas, de “pedra tosca”, na parte posterior do recinto (DOCEP, 1963a).

Os trabalhos são concluídos e o edifício é entregue à CML em outubro de 1965, mas a escola não é imediatamente aceite pelas entidades camarárias. Foram detetadas várias deficiências que necessitavam de reparação. Destacando algumas observações realizadas pela fiscalização municipal, o edifício “encontra-se por dentro muito escuro o que indica que entra humidade ou foi muito mal caiado”, as “almofadas das portas encontram-se

entaladas”, os sanitários já estão num estado pouco recomendável, com azulejos e lavatórios rachados, enquanto “os muros são rústicos e as mesas estão a desfazer-se”. Esta situação levou a edilidade a concluir o seguinte: “ou a obra se encontra feita de harmonia com o projecto e com o caderno de encargos ou a pessoa encarregada de fiscalizar as obras não as fiscalizou” (CML, 1965b).

Finalmente, a 15 de janeiro de 1966 é enviado à DGEMN o auto de entrega definitiva do edifício escolar, devidamente assinado pela CML.



FIGURA 42. Escola Primária de Subdevesas (Oitavas) na atualidade, após a ampliação para quatro salas (Daniel Teixeira, 2016).

4.16. FREGUESIA DE S. FINS DO TORNO

Nesta freguesia foram incluídas, na VI Fase do Plano dos Centenários, duas novas escolas gémeas, de duas e quatro salas respetivamente, ambas de tipo rural. Mas o projeto inicial era bem diferente.

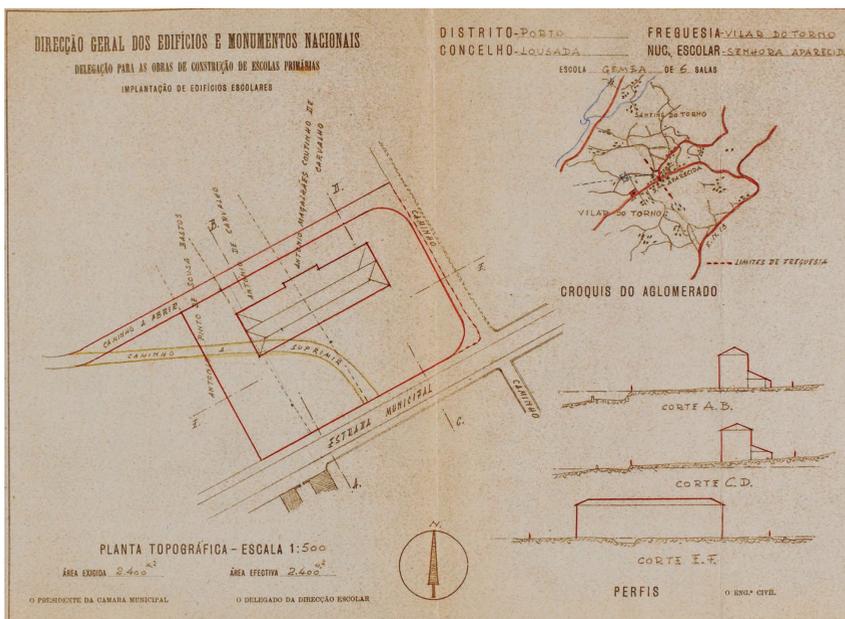


FIGURA 43. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de seis salas, inicialmente planeado para S. Fins do Torno, embora na jurisdição de Vilar do Torno e Alentém (MOP - DGEMN - DOCEP, s.d.).

Em finais de 1957, a CML é informada de que se planeava a construção de uma escola gémea, de seis salas (DOCEP, 1957f), mas, desde logo, este projeto começou a levantar alguns problemas difíceis de solucionar, relativamente à aquisição de um terreno condigno para a sua localização. Ainda antes do ano terminar, a edilidade informa as entidades competentes que o único terreno encontrado para o efeito se situa no campo da feira daquela localidade, uma localização pouco recomendada, já que o espaço “ficaria totalmente inutilizado para a sua finalidade actual”, levando “a população local a opor-se à intenção da Câmara”, que “não vê, para já, solução para o assunto” (DOCEP, 1957g).

Em fevereiro de 1958, a planta topográfica e a descrição de um terreno, cedido por António Magalhães de Carvalho, são enviadas para aprovação junto da DGMEN. Este situa-se nos limites das freguesias de S. Fins do Torno e Vilar do Torno e Alentém e, apesar de a primeira ser mais populosa, o edifício localizar-se-ia em Vilar do Torno e Alentém, “visto não ser possível conseguir-se terreno mais central”. Porém, “não dista mais de 300 metros do centro cívico da povoação” da Senhora Aparecida, situando-se “numa confluência de caminhos que muito facilitará o acesso a parte da população escolar” (DOCEP, 1958b).

A decisão encontrada provoca uma enorme manifestação de regozijo por parte da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, que vê no novo edifício a solução para “a situação precária em que se encontram as crianças escolares”, servidas apenas por um único edifício, “manifestamente insuficiente já para as necessidades (...) situado em lugar frio e húmido”, um local “de tal modo excêntrico” que obriga alguns dos seus alunos a percorrer a pé “45 minutos de caminho de suas casas até à escola” (JFVTA, 1958).

Uma opinião não partilhada pela Junta de Freguesia de S. Fins do Torno, cujo projeto era suposto servir o seu núcleo, não vendo com bons olhos a construção das instalações escolares fora da sua jurisdição. O organismo também não concordava com a construção das seis salas no mesmo local, pretendendo, em alternativa, que fosse construída uma escola de duas salas na zona baixa da freguesia, onde residiam 64 das 186 crianças recenseadas, havendo já terreno disponível no lugar de Rio, doado pelo

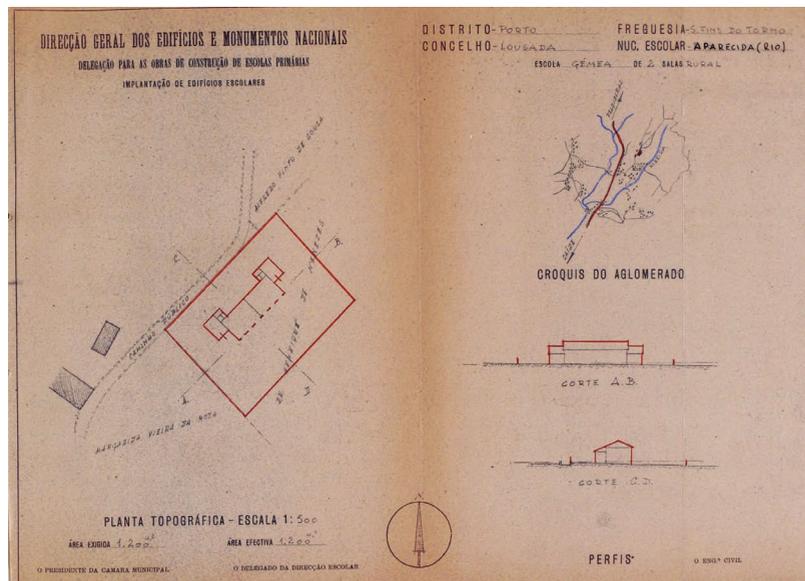


FIGURA 44. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Aparecida (Rio), S. Fins do Torno (MOP - DGEMN - DOCEP, 1958).

dos poucos (...) que satisfazem (...), abstraindo dos terrenos de cultivo que são sempre de aquisição difícil, por onerosa”, sendo que o único inconveniente apontado era o de obrigar a voltar a fachada posterior do edifício para o caminho público. Porém, tal facto não era motivo de rejeição, uma vez que não sendo a via fundamental, também “a fachada posterior de um edifício escolar, tipo Rural, não é de todo desagradável”, ficando a fachada principal “com óptimos horizontes” (DOCEP, 1958d).

Enquanto isso, em outubro do mesmo ano, após insistência da CML para que a escola gémea, de quatro salas, fosse edificada no local escolhido para o antigo plano de seis salas, opinião que acabou rejeitada, pois “dados os antecedentes do assunto, esta solução iria certamente deparar de novo com os mesmo obstáculos” (DOCEP, 1958e), esta informa da existência de vários particulares que se voluntariaram para a cedência de parcelas de terreno situadas nos limites da freguesia com a de Vilar do Torno e Alentém, bem como da oferta, por parte da Junta de Freguesia, de um terreno junto à escadaria que dava acesso à capela de Nossa Senhora da Conceição (CML, 1958a).

Por fim, a escolha da edibilidade recai sobre um terreno no lugar das Barreiras, com 1.800 m², nos limites de S. Fins do Torno, sendo uma parte pertença desta freguesia e a outra da freguesia de Vilar do Torno e Alentém. A solução “parece reunir o agrado da maioria das populações”, estando também prevista a construção de uma avenida para ligar a estrada principal ao recinto escolar, o que “beneficiará muitíssimo o edifício sob o ponto de vista estético” (DOCEP, 1958h). Outros locais foram estudados, mas rapidamente postos de parte, pois enquanto dois deles eram “excessivamente inclinados”, um outro tinha “o inconveniente de se situar no extremo mais elevado da localidade e muito mais afastado do seu centro” (DOCEP, 1958h).

A construção dos dois edifícios escolares decorreu sem grandes entraves. Com um gasto total de 60.195,50 escudos, as obras complementares e os trabalhos imprevistos contaram com os parâmetros normais em obras deste tipo, como a regularização do lo-

advogado Henrique Gonzaga Pinheiro de Azevedo Lobo Pereira de Menezes, e ficando os gastos da construção de uma das salas a cargo da Junta de Freguesia. A DGEMN concorda com esta opção, indicando que a construção de um outro edifício, de quatro salas, deveria ficar reservada para a sede do núcleo e dentro dos limites jurídicos da freguesia (DGEMN, 1958c).

A alteração ao projeto inicial é aprovada em maio de 1958 e em agosto é aprovado o terreno para a empreitada da escola gémea, de duas salas. O local em questão, com 1.200 m², “é um

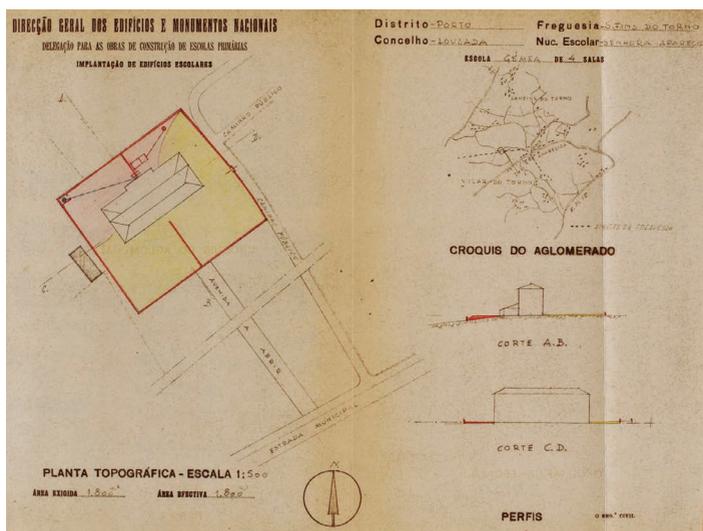


FIGURA 45. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Barreiras, S. Fins do Torno (MOP - DGEMN - DOCEP, 1958).

gradouro, a vedação em todas as frentes com muros de alvenaria, a entrada constituída por ombreiras, soleira de cantaria e cancela de ferro, o abastecimento de água por poço e bomba e os indispensáveis esgotos. Quanto à escola do lugar de Rio, contou, ainda, com uma escadaria de pedra na parte norte, para vencer o desnível entre o recinto e o caminho local (DOCEP, 1959d).

As duas novas escolas foram inauguradas em 28 maio de 1960. O *Jornal de Lousada* não deixou escapar a ocasião, enaltecendo a escolha de “uma data gloriosa pois marca o ressurgimento de Portugal” para a sua abertura e prestando um profundo agradecimento a todos os proprietários que contribuíram para a viabilidade dos projetos, com a doação de terrenos, como Maria Emília Menezes, da Casa da Veiga, no caso da escola do lugar de Rio, e António Coutinho de Carvalho, da Casa do Eido, António Carvalho, da Casa da Fonte, e António Carvalho, da Casa de Juste, no caso da escola de Barreiras (Pinho, 1960).

4.17. FREGUESIA DE S. MIGUEL

Para o lugar de Telheiro estava inicialmente previsto um novo edifício escolar misto, de uma sala. Contudo, a obra não iniciou da melhor maneira. Os contratemos começaram pelo local para onde estava programada a sua construção. Após várias vistorias técnicas ao longo do ano de 1954, verificou-se que o terreno, propriedade de Joaquim Teles de Faria, não era, de todo, conveniente. Num ofício da DGEMN, o engenheiro responsável pela obra dá-nos conta das razões da sua recusa, argumentando que tal local “obriga o edifício a voltar a fachada posterior ao caminho e para perfazer a área exigida (...) ficaria com um perímetro muito irregular” (DGEMN, 1954a).

Procedeu-se, então, a esforços redobrados para definir uma nova localização para o edifício. Em março de 1956 equacionou-se um terreno pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Lousada, “situado na sede do núcleo, (...) bem exposto e desfogado”



FIGURA 46. Escola Primária de Rio na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).



FIGURA 47. Escola Primária de Barreiras na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

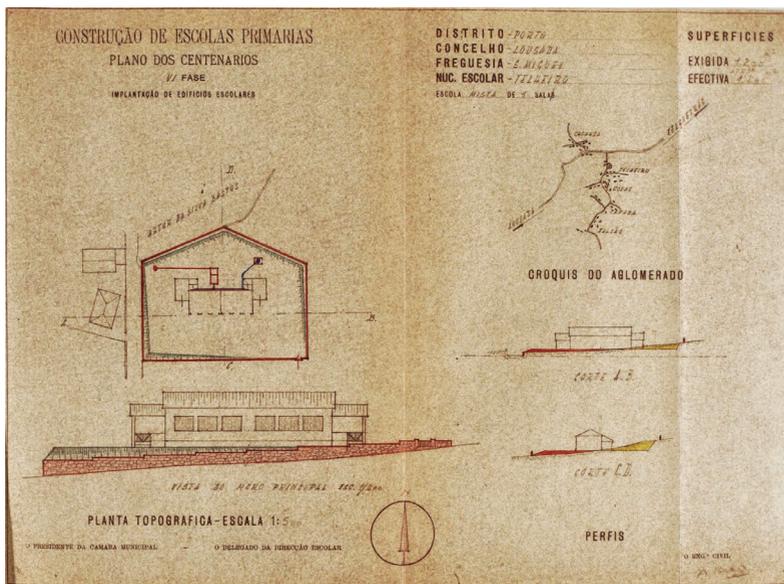


FIGURA 48. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar misto, de uma sala, inicialmente planeado para o núcleo escolar de Telheiro, S. Miguel (DGEMN - DOCEP, 1954).

tipo rural, uma para cada género. Infelizmente, não chegou até nós o projeto de reestruturação aprovado, mas é claramente visível a sua nova designação na memória para as obras complementares que se iriam realizar. Aliás, a realização dessas obras implicou um custo acrescido de 30.255 escudos, incluindo a regularização do terreno, a vedação do perímetro com um muro de alvenaria rusticada, a colocação de uma entrada constituída por ombreiras e soleira de cantaria e cancela de ferro, a construção de uma fossa e o abastecimento de água conduzido por tubos de ferro galvanizado e fornecido por um poço no terreno da escola (DOCEP, 1957e).

Os gastos acrescidos não ficariam por aqui. Em setembro de 1958 é aprovado um novo orçamento para trabalhos imprevistos, com um custo de 5.645 escudos. Estes iriam contemplar novas escavações de alvenaria de fundações, pois verificou-se que os volumes diferiam dos que estavam previstos inicialmente, bem como o assentamento de uma placa de mármore com a inscrição do ano de conclusão do projeto (DOCEP, 1958f).

Adjudicada a Adriano Leal da Silva Neto, empreiteiro residente em Cristelos, durante a VI Fase do Plano dos Centenários, a empreitada conheceria a sua conclusão no início de 1959 e seria entregue ao Presidente da CML, Henrique Gonzaga Pinheiro de Azevedo Lobo Pereira de Menezes, a 28 de janeiro desse ano. A inauguração oficial decorreria apenas seis meses depois, a 27 de julho.

O dia ficou marcado pela atuação do rancho folclórico local e da Banda de Música de Lousada, pelos discursos dos responsáveis da CML e do corpo docente, pela enorme afluência de habitantes e pelo requintado copo-d'água organizado pelo café Avenida (E., 1959).

O *Jornal de Lousada* descreve-nos a pompa e a circunstância do momento: “à entrada da escola, duas meninas seguravam uma fita, enquanto outra numa salva de prata entregava ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara a tesoura para o corte”, sendo-lhe “oferecidos (...) ramos de flores, enquanto girandolas de foguetes subiam”. Não deixa, também, de aproveitar a ocasião para agradecer a Fortunado de Sousa Pinto pela doação do terreno, lançando uma “alfinetada” nessa questão sempre problemática: “que bem merecia ser

(CML, 1956a), mas que não teve uma conclusão favorável. O terreno definitivo viria a ser oferecido por um habitante local, de seu nome Fortunado de Sousa Pinto. A aprovação do novo espaço implicou um atraso considerável no início da construção do edifício escolar, que principiou apenas em 29 de maio de 1957, não sem que antes houvesse uma profunda alteração ao projeto. O que seria um edifício misto, de uma sala, transformou-se numa escola gêmea, de duas salas, de



FIGURA 49. Escola Primária de Telheiro na atualidade, com ampliação posterior (Daniel Teixeira, 2016).

seguido por outros proprietários de outras freguesias, onde há inteira necessidade de construir escolas, e onde a dificuldade principal é o terreno” (E., 1959).

4.18. FREGUESIA DE SILVARES

O Plano dos Centenários define, na sua IV Fase, a construção de um edifício escolar misto, de uma sala, em Silvares, no núcleo de Mós. O terreno adquirido pela CML situa-se na povoação de Cancela Nova, “próximo e central relativamente às demais localidades”, com acesso facilitado pelo caminho público situado a sul, para onde ficará voltada a fachada principal, enquanto a fachada posterior “não será visível de qualquer local de interesse” (DOCEP, 1950c). A empreitada, adjudicada a Alberto de Sousa Freire, residente na freguesia de Cristelos, juntamente com a construção de seis outros edifícios escolares distribuídos pelo distrito do Porto, é superiormente aprovada a 21 de dezembro do mesmo ano (DOCEP, 1950b).

As obras complementares iniciam-se em junho de 1951. Com um custo de 29.750 escudos, incluem os trabalhos normais em edificações deste tipo, ou seja, a regularização parcial do terreno, a vedação de todas as frentes, a colocação de uma entrada e respetivos acessórios, a instalação de esgotos e o abastecimento de água através do uso de um poço e respetiva bomba (DOCEP, 1951b). A construção deste edifício escolar decorreu sem grandes contratempos ou atrasos, acabando por ser entregue definitivamente à CML a 16 de agosto de 1952 (CML, 1952b).

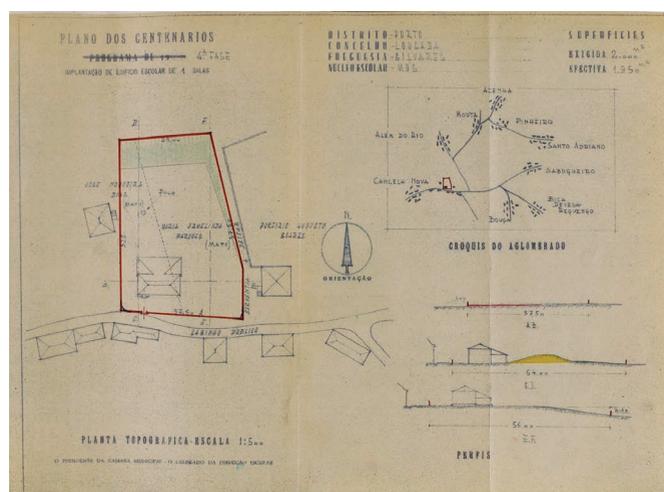


FIGURA 50. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar misto, de uma sala, do núcleo escolar de Mós, Silvares (DGEMN - DOCEP, 1950).

Sabemos também, após uma década da conclusão da empreitada, que a Direção Geral do Ensino Primário recebeu 200.000 escudos de uma benemérita local para a construção de uma sala, no logradouro escolar, onde seria instalada uma cantina (DGEP, 1962). O projeto foi aplaudido pela CML e, tanto quanto sabemos, foi aprovada a sua construção. Contudo, apenas nos chegaram estas informações, sendo desconhecido o percurso dos trabalhos e a data do seu término.



FIGURA 51. Escola Primária de Mós na atualidade, com ampliação posterior (Daniel Teixeira, 2016).

4.19. FREGUESIA DE SANTA EULÁLIA DE BARROSAS

Em março de 1956 é enviado para aprovação o terreno escolhido pela CML para a construção de uma escola gémea, de duas salas, no núcleo da Devesinha, inserida na VI Fase do Plano dos Centenários.

Na freguesia de Santa Eulália de Barrosas, dividida, sensivelmente a meio, por um pequeno ribeiro, já funcionava uma escola, de duas salas, num edifício do Estado, situada no núcleo de Devesinha, tendo-se, por isso, colocado a possibilidade de se construir o novo edifício junto do existente. Porém, este plano não parecia ser viável, pois obrigaria “as crianças da metade oriental da freguesia (...) a percorrer grande distância para irem à escola” (DOCEP, 1956b). O terreno alternativo também possuía o grande inconveniente de ser composto por “mato”, havendo locais melhores, mas de lavradio, levando a edilidade a indicar “que não valia a pena” perder tempo na sua aquisição, “porque os terrenos nestas condições são muito caros e o Município não tem disponibilidades financeiras que possam suportar grandes despesas” (DOCEP, 1956b).

Apesar de não ser considerado o ideal, por imposição das dificuldades financeiras concelhias, o terreno acaba por merecer a aprovação superior. Todavia, em maio de 1957, a CML é informada pela DOCEP de que o plano foi alterado e previa agora a cons-

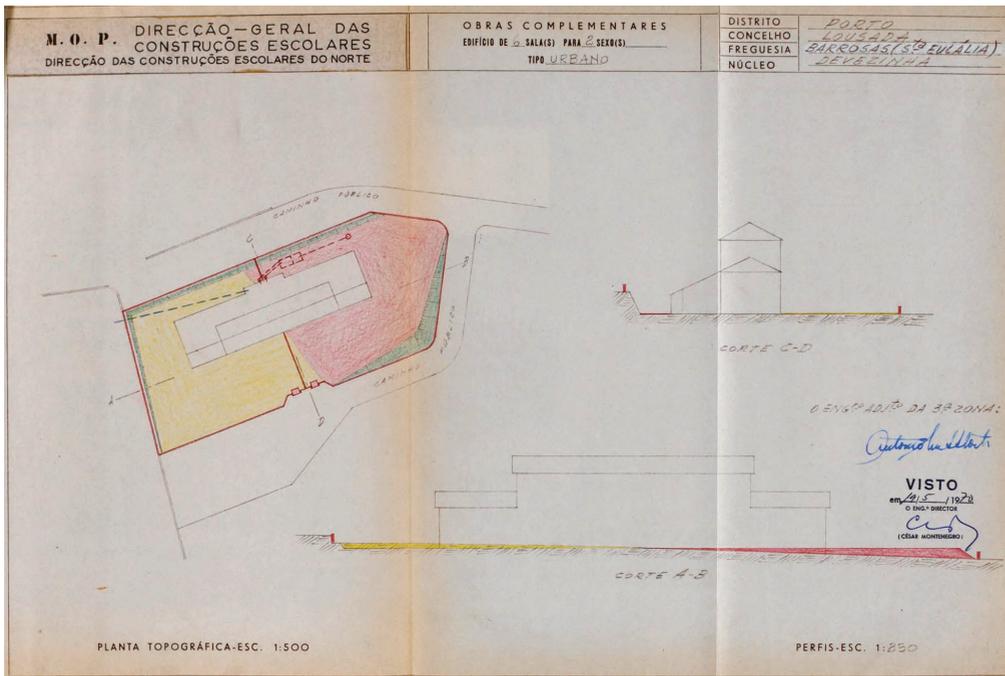


FIGURA 52. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de seis salas, do núcleo escolar de Devesinha, Santa Eulália de Barrosas (MOP - DGCE, 1970).



FIGURA 53. Escola Primária de Devesinha na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

trução de um edifício escolar gémeo, de quatro salas, solicitando, nesse sentido, a aquisição de uma parcela de terreno adicional, com 572 m², para que se pudesse usufruir da área mínima exigida de 1.800 m² (DOCEP, 1957a). Isto coloca problemas adicionais ao esforço camarário e a sua resolução arrasta-se de tal forma que, em janeiro do ano seguinte, a

DGEMN se vê forçada a retirar a construção da respetiva empreitada, sem, no entanto, deixar de a incluir na VI Fase do Plano dos Centenários, reforçando a necessidade de redobrar o empenho na aquisição da parcela referida anteriormente (DGEMN, 1958a).

Em abril de 1959 é apresentada uma reestruturação de todo o projeto, propondo-se a criação de um segundo núcleo na freguesia, em Bairro, com a construção de um edifício escolar de três salas, em substituição do edifício de quatro salas planeado para o núcleo da Devesinha (DGEMN, 1959b). A alteração deveu-se ao facto de o terreno escolhido para este último núcleo se situar no lugar de Bairro e não na sede do núcleo da Devesinha (DGEMN, 1959c).

Em abril de 1963, o terreno em causa ainda não tinha sido adquirido pela CML. A imensa demora leva mesmo a Secção do Norte da DOCEP a solicitar que, no caso de a CML “não ter possibilidade de adquirir o terreno (...) ou de não querer recorrer à expropriação coerciva”, fosse indicado um outro local para se proceder à sua vistoria (DOCEP, 1963b). Mais de um ano depois, o processo para conseguir a parcela de ter-

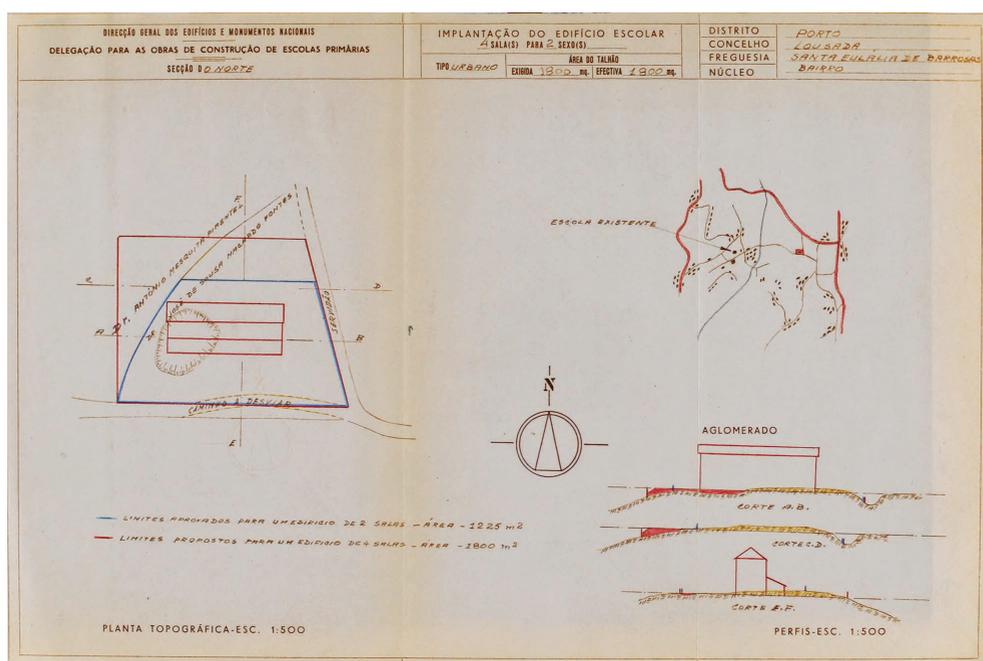


FIGURA 54. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de quatro salas, do núcleo escolar de Bairro (Monte), Santa Eulália de Barrosas (MOP - DGEMN - DOCEP, 1968).

reno necessária continuava a arrastar-se, decidindo a edilidade pela possibilidade de avançar para a expropriação por via jurídica, tanto para adquirir o terreno localizado no núcleo de Bairro, como a parcela destinada ao novo edifício escolar planeado para a Devesinha, desta feita uma escola gémea, de seis salas, de tipo urbano (DDEP, 1965). Ao mesmo tempo, sugere nova alteração no projeto do núcleo de Bairro para incluir não três, mas quatro salas, ampliação que viria a ser aprovada em abril de 1965 (DGEMN, 1965a).

O novo edifício de seis salas da Devesinha avança lentamente, levando a própria DDEP a relembrar a sua urgência “visto dispor-se de seis salas particulares em péssimas condições para 234 crianças recenseadas no núcleo, além de 143 pertencentes ao núcleo de Bairro que não tem qualquer instalação” (DGEP, 1967).

O grande problema prende-se com a qualidade do terreno reprovado pelos técnicos da DOCEP, “não só por se apresentar extremamente acidentado e irregular”, mas também “pelo caminho de acesso lhe passar para onde ficará voltada a fachada posterior” (DOCEP, 1967b). Todavia, não havendo uma solução mais adequada no território sob administração da freguesia, é sugerida, mesmo assim, a sua aprovação, evitando-se novo desperdício de tempo. A concordância da DGEMN surge em setembro de 1967 (DOCEP, 1967h).

O decorrer das obras de construção da escola da Devesinha enche de regozijo a comunidade da freguesia, bem demonstrado numa carta do seu pároco ao Diretor da 3.^a Secção das Construções Escolares do Norte. Nela, o padre José Leal afirma que os habitantes da localidade “estão radiantes com o andamento das Escolas”, mas pede que “não seja descuidada a garantia do material escolar indispensável”, pois “já basta o que temos sofrido!” (Leal, 1970).

No mesmo documento podemos também observar alguns dados importantes sobre os gastos despendidos com a empreitada. O total das terraplanagens, a cargo da Junta de Freguesia, fixou-se nos 24.000 escudos, gastando-se cerca de 75.000 escudos na aquisição de terrenos, dos quais apenas 25.000 escudos foram financiados pela CML. Em todo o caso, afirma o pároco, “estão de parabéns todos os que de alguma maneira promoveram e actuaram em tal obra, que está a resultar muito harmoniosa e funcional” (Leal, 1970).

O edifício escolar gémeo, de seis salas, do núcleo da Devesinha não tardaria a conhecer a sua conclusão. Com as obras complementares e os trabalhos imprevistos a representarem um acréscimo de 120.691,60 escudos, a escola seria definitivamente entregue à CML a 30 de fevereiro de 1970 (CML, 1971a).

No que respeita à escola gémea, de quatro salas, de tipo urbano, prevista para o núcleo de Bairro, o processo foi bem mais moroso. Em 1964, após vistoria ao terreno proposto pela CML e indicando que, devido à alteração do plano, seria necessário adquirir mais 575 m² de terreno para perfazer a área mínima exigida, a DOCEP tardou em receber novas informações por parte da autarquia (DOCEP, 1967a).

Apenas em maio de 1968, a CML dá sinais de que o projeto não ficou esquecido, mas as notícias não eram as melhores. A edilidade informa a DGEMN que a aquisição do terreno proposto e, entretanto, aprovado não será viável, sugerindo que seja aprova-



FIGURA 55. Escola Primária de Bairro (Monte) na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

do um outro terreno no lugar do Monte, implicando uma mudança na sede do núcleo (CML, 1968).

O novo terreno possuía a área exigida de 1.800 m², mas era bastante acidentado e irregular. Não obstante, a população de Barrosas uniu os seus esforços e tomou a seu cargo este trabalho, numa demonstração clara de dedicação à terra e união coletiva, que salvaguardou a continuidade do projeto e a aprovação superior da sua nova localização. Por parte da CML, foi também assumida a responsabilidade de construir um acesso entre o caminho público e a entrada do recinto escolar, que se encontrava demasiado afastado (DGEP, 1970).

Porém, com um gasto em obras complementares e trabalhos imprevistos a rondar os 153.623 escudos, uma soma bastante considerável, a obra apenas ficou definitivamente concluída em fevereiro de 1976 (DDEP, 1976). A juntar a isto, tardou em chegar o mobiliário e o material didático para o seu funcionamento (CML, 1976), sendo apenas entregue definitivamente à CML a 14 de janeiro de 1977.

4.20. FREGUESIA DE VILAR DO TORNO E ALENTÉM

Em maio de 1959 a CML informa que já há terreno escolhido para a construção de uma nova escola em Vilar do Torno e Alentém, no lugar de Igreja (CML, 1959). Trata-se de mais um edifício do Plano dos Centenários, desta vez uma escola mista, de uma sala.

O terreno, com 1.200 m², pertença de Maria do Castro Feijó, estava “muito bem localizado em relação à povoação (...), distando do principal centro menos de 150 metros” (DOCEP, 1959e). Os serviços técnicos da Direção Geral de Saúde descrevem o local como “ótimo”, pela sua “situação; pelo desafogo; pela relação em que está pelo caminho público; pela localização quanto aos fogos” (DGS, 1959).

Contudo, cerca de um ano após o envio para aprovação da sua planta topográfica e memória descritiva, as obras para a nova escola ainda não tinham iniciado. A DGEMN, ainda no final de 1959, prontificou-se a solicitar à CML que colocasse o terreno à disposição e iniciasse as terraplanagens que se tinha comprometido a realizar. Porém, em agosto de 1960, ainda não tinha obtido qualquer resposta sobre este tema por parte da edilidade (DOCEP, 1960b). Com isto decorre mais um precioso ano, até que a CML indica que as ditas terraplanagens estão a decorrer, mas que os custos são já demasia-

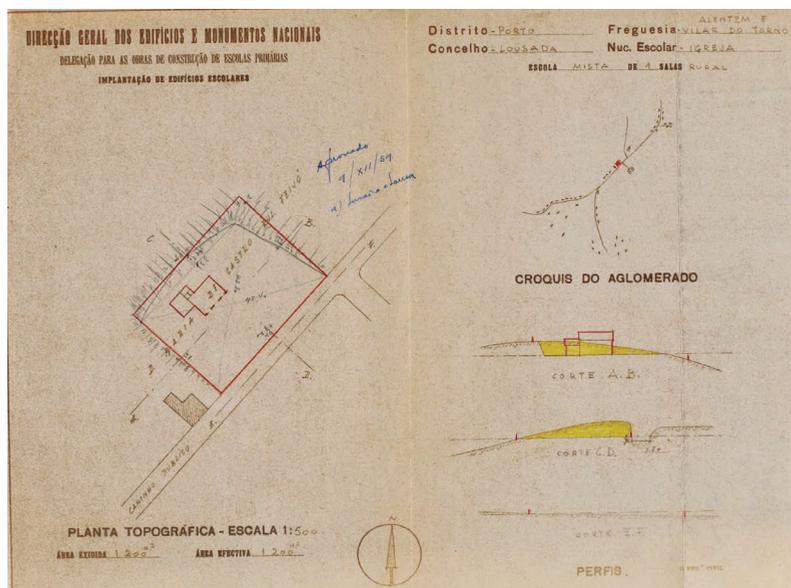


FIGURA 56. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar misto, de uma sala, inicialmente planeado para o núcleo escolar de Igreja, Vilar do Torno e Alentém (MOP - DGEMN - DOCEP, 1959).

FIGURA 57. Planta topográfica, à escala 1:500, do edifício escolar gémeo, de duas salas, do núcleo escolar de Igreja (MOP - DGEMN - DOCEP, 1965).

do elevados, sugerindo que os trabalhos a realizar fossem reduzidos, ficando o espaço escolar com alguma inclinação (DOCEP, 1961c).

Esta solução não merece a aprovação da DGEMN, uma vez que “vai obrigar à construção de muros de espera de altura elevada ou então a taludes, de inclinação muito pronunciada (...), já não considerando as fundações do edifício que (...), serão muito volumosas” (DOCEP, 1961b). A decisão leva a CML a proceder a sacrifícios adicionais, “através d’um subsídio municipal e d’uma possível ajuda financeira da população da freguesia” (DGEMN, 1961b).

As circunstâncias impõem um grande atraso na obra e apenas em junho de 1965 esta é adjudicada ao empreiteiro Rodrigo Moreira Lopes, residente na Senhora da Aparecida, pelo valor de 79.500 escudos, com um prazo de 300 dias para a sua conclusão (DOCEP, 1962c).

Porém, três anos após a adjudicação, em novembro de 1965, procede-se a uma alteração significativa em todo o plano, quando a DGEMN decide construir um edifício gémeo, de duas salas, em detrimento de uma escola mista, de apenas uma sala, considerando “que é mais económico construir desde já as 2 salas em conjunto do que em épocas distintas” (DGEMN, 1965b). Aliás, esta alteração já tinha sido sugerida pela CML, em maio de 1961 (CML, 1961). Em todo o caso, este acréscimo ao plano original implicava um agravamento dos custos da empreitada em 68.756 escudos (DOCEP,

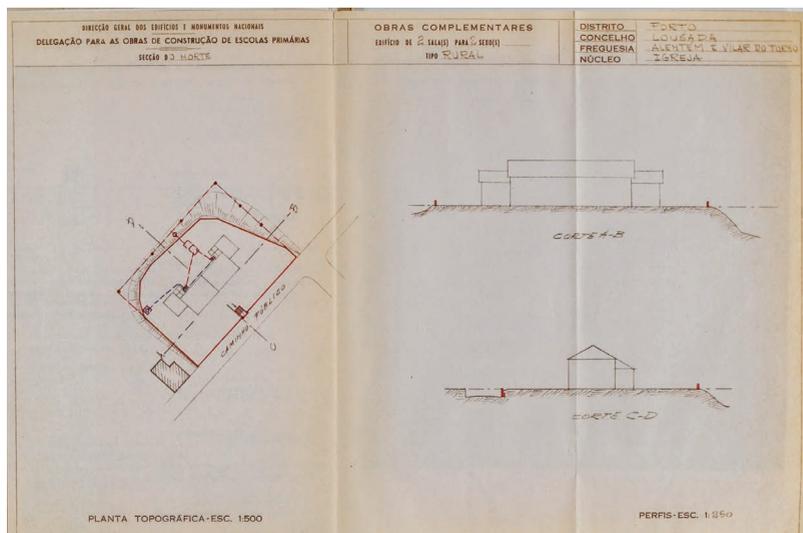




FIGURA 58. Escola Primária de Igreja na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

1966a) e um novo atraso na inauguração de tão necessitado espaço escolar. Contando com os trabalhos imprevistos e com as habituais obras complementares, a nova escola gémea, de duas salas, da freguesia de Vilar do Torno e Alentém custaria 191.064,80 escudos (DOCEP, 1967g) e seria definitivamente entregue à responsabilidade da CML a 8 de fevereiro de 1968.

4.21. OUTRAS FREGUESIAS

Outras freguesias lousadenses conheceram novas instalações escolares no âmbito do Plano dos Centenários, mas, por dificuldades inerentes a um estudo desta natureza, não nos foi possível recolher informações completas sobre o processo que levou à construção desses edifícios.

Neste plano, podemos incluir as freguesias de Cristelos e Macieira, cuja única indicação que chegou até nós provém de uma pequena notícia, de fevereiro de 1948, que indica que as novas escolas estavam quase concluídas (Diniz, 1948), o que aconteceria em 1950.

Da freguesia de Sousela chegou uma notícia dando conta da inauguração de um novo edifício escolar no núcleo de Bairral, no dia 26 maio de 1957. A este evento, “junto da ponte, próximo da Igreja, compareceram as forças vivas da freguesia, as crianças das escolas, muitas raparigas e rapazes com trajes característicos e muita gente, a fim de aguardarem a chegada das entidades oficiais”, organizando-se um imenso cortejo a caminho da nova escola, “entoando cânticos alusivos e envolvendo constantemente numa nuvem de flores as entidades que os visitavam” (Pinho, 1957).

O caso mais moroso terá sido mesmo o da freguesia de Santo Estêvão de Barrosas. A primeira notícia em que surge o nome da localidade data de março de 1961, quando o *Jornal de Lousada* refere que se projeta a construção de uma nova escola (Pinho, 1961), mencionando, em fevereiro do ano seguinte, que esse mesmo edifício já estava incluído no plano de construções escolares elaborado em 1960, existindo a doação de um terreno para o efeito. Contudo, dois anos volvidos, “a Ex.^{ma} Câmara ainda nem sequer fez a respectiva escritura!” (Pinho, 1962a). A CML depressa desmente esta informação, indicando que o terreno “já está aprovado superiormente (...), faltando apenas para a elaboração do respectivo documento de posse do terreno a identificação do prédio na Conservatória do Registo Predial” (Pinho, 1962b).

O certo é que as obras tardaram, e muito, em avançar. No ano seguinte, o mesmo jornal volta a insistir nesta problemática, afirmando que “não faz sentido, depois de



FIGURA 59. Escola Primária de Macieira na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).



FIGURA 60. Escola Primária de Sousela na atualidade (Daniel Teixeira, 2016).

tantas e acertadas campanhas contra o analfabetismo, uma Professora se veja obrigada a ensinar quarenta ou mais alunos numa sala que não possui o mínimo de condições” (S., 1963).

E já em 1966, enquanto esperam ainda pelo início da empreitada, “o desânimo vai-se apoderando dos habitantes de Santo Estêvão (...) e é assim que a vontade de fazer qualquer coisa para bem do seu semelhante se poderá transformar em apatia e até desencorajamento” (C., 1966). De facto, muitos anos decorreriam até à conclusão de uma nova escola nesta freguesia. Tal feito só viria a ocorrer em 1977.



FIGURA 61. Escola Primária de Santo Estêvão de Barrosas na atualidade, mantendo apenas a fachada principal do edifício original do Plano dos Centenários (Daniel Teixeira, 2016).

5. CONCLUSÃO

O Plano dos Centenários foi, sem dúvida, uma obra de alcance nacional e um esforço digno para colmatar as enormes lacunas de uma rede de escolas primárias degradada e claramente insuficiente para as necessidades que se impunham. Por todo o país, os docentes e seus pupilos frequentavam instalações impróprias em casas particulares, em

anexos de lojas e salões paroquiais, muitas vezes em condições precárias, insalubres e que colocavam em causa a segurança dos intervenientes. Lousada não escapava, de todo, a esta realidade.

É inegável que as freguesias do concelho conheceram importantes desenvolvimentos com a construção de várias escolas, que, embora não sendo perfeitas, implicaram uma significativa melhoria nas condições do ensino. A CML e os habitantes do município, regra geral, abraçaram a iniciativa e uniram esforços para levar os diferentes projetos a bom porto, doando terrenos, recolhendo fundos e procedendo a arranjos suplementares no edifício escolar e no seu logradouro, procurando oferecer o melhor possível às suas crianças.

Se é verdade que o Plano dos Centenários teve um importante impacto no território lousadense, logo desde a década de 1940, também são incontornáveis as profundas dificuldades na conclusão da maioria dos projetos. Como pudemos constatar, muitas das construções dos novos edifícios escolares não decorreram com a celeridade necessária, arrastando-se durante largos anos ou, até mesmo, décadas.

Na verdade, eram muitos os entraves, principalmente de ordem financeira. As despesas correntes, sempre presentes na governação de um município, e outras que surgem de forma imprevista “concorrem para demorar a execução de obras empreendidas, embora algumas sejam de carácter bem urgente” (Dinis, 1951). A vontade de proceder à melhoria das condições do ensino está presente e há “verbas suficientes, consignadas nos orçamentos, para levar-se à execução determinadas obras; porém, quando se vê o balanço da tesouraria, com saldo pequeno em cofre, tem que adiar-se a entrega dos trabalhos” (Dinis, 1951). Também tardam, por parte do Estado, as concessões dos subsídios indispensáveis ao município, o que em muito agravava a sua condição de liquidez.

Quando os condicionalismos financeiros eram ultrapassados, logo surgiam outros. A pesada burocracia contribuiu, e muito, para o sistemático atraso nas empreitadas, já que era indispensável a visita dos técnicos aos locais de construção, elaborar orçamentos, conseguir a sua aprovação e colocar as respetivas obras em arrematação pública. Eram processos legais difíceis de contornar e que demoravam meses até que fosse conhecida alguma conclusão, muitas vezes negativa, o que obrigava a refazer todo o planeamento camarário.

A concorrer com a legislação, a sempre presente problemática em torno da aquisição dos terrenos e das negociações com os respetivos proprietários e “infelizmente, há o facto de muitos munícipes contrariarem a acção dos vereadores, quer na cedência de terrenos para alargamentos (...), havendo também outros que exigem quantias exorbitantes se, acaso, são solicitados para expropriarem qualquer propriedade” (Dinis, 1952).

Em suma, à semelhança do que aconteceu no restante território português, a ampliação da rede de escolas do concelho de Lousada conheceu profundos atrasos, fruto das dificuldades inerentes à conjuntura nacional e à realidade da CML. Por um lado, os critérios legais restritivos criavam enormes dificuldades na aquisição de terrenos apropriados para as empreitadas. Por outro, as matérias-primas eram escassas e obrigavam a esforços suplementares para se obter o indispensável. Quando a construção era concluída, o novo edifício tardava em entrar em funcionamento, pela ausência de mobiliário e de materiais didáticos essenciais ao seu bom funcionamento. Não podemos

também esquecer as enormes dificuldades financeiras de um concelho predominantemente rural, que se via impossibilitado, não raras vezes, de liquidar os custos cada vez mais inflacionados dos terrenos, dos materiais e da mão-de-obra necessários à conclusão dos projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beja, F., Serra, J., Machás, S. e Saldanha, I., 1996. *Muitos anos de escola, volume II: Edifícios para o ensino infantil e ensino primário, anos 40-70*. Lisboa: Ministério da Educação: Direção Geral de Recursos Educativos.

Faustino, J., 2013. *Estado Novo, arquitetura e ensino primário: as escolas tipo Douro de Rogério de Azevedo no distrito do Porto e a sua evolução até ao Plano dos Centenários 1935-1944*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Mónica, M. F., 1978. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista 1926-1939*. Lisboa: Editora Presença.

Pimenta, P., 2006. *A escola portuguesa. Do “Plano dos Centenários” à construção da rede escolar no distrito de Vila Real*. Braga: Universidade do Minho.

Stoer, S. e Araújo, H., 1987. A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e ruturas 1926-1933. In: A. C. Pinto, 1987. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos.

FONTES DOCUMENTAIS

Direcção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1959. *Ofício n.º 1334*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1960a. *Ofício n.º 5922*. Construção do edifício escolar de 3 salas (Núcleo de Oitava). Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1960b. *Ofício n.º 6115*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1965. *Ofício n.º 1431*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1966. *Ofício n.º 8653*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1967. *Ofício n.º 7466*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1968a. *Ofício n.º 2213*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1968b. *Ofício n.º 6212*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção do Distrito Escolar do Porto (DDEP), 1976. *Ofício n.º 484*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção Geral de Escolas Primárias (DGEP), 1962. *Ofício n.º 15644*. Construção de escola mista de 1 sala. Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção Geral de Escolas Primárias (DGEP), 1970. *Ofício n.º 50*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direção Geral de Saúde (DGS), 1959. *Ofício n.º 858*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Corporativa, 1957. *Parecer n.º 35/VII*. Arquivo Salazar. PC-48. Cx. 518. Pt. 7. 48 f. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1952a. *Acta de vereação da Câmara Municipal de Lousada: sessão de 15 de Setembro*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1952b. *Ofício n.º 1022*. Construção de escola mista de 1 sala. Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1956a. *História do terreno*. Escola primária gémea de 2 salas, tipo rural em Telheiro. Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1956b. *Ofício n.º 2336*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1957. *Ofício n.º 779*. Construção de uma escola gémea de duas salas. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1958a. *Ofício n.º 1409*. Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1958b. *Ofício n.º 1559*. Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1959. *Ofício n.º 968*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1961. *Ofício n.º 750*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1962a. *Ofício n.º 1387*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1962b. *Ofício n.º 1897*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1963. *Ofício n.º 32*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1964. *Ofício n.º 1327*. Construção de um edifício feminino de 2 salas de aula (Núcleo de Bouça Cova). Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1965a. *Ofício n.º 1718*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1965b. *Ofício n.º 2212*. Construção do edifício escolar de 3 salas (Núcleo de Oitava). Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1968. *Ofício n.º 1054*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1970. *Ofício n.º 1033*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1971a. *Ofício n.º 181*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1971b. *Ofício n.º 890*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1972. *Ofício n.º 789*. Ampliação e obras complementares da escola primária de Planície (antiga Santa Isabel) – Lodares. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Câmara Municipal de Lousada (CML), 1976. *Ofício n.º 1971*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Decreto-Lei n.º 29011. D.G. I Série. 218 (1938-09-19) 1320-1321.

Decreto-Lei n.º 41037. D.G. I Série. 64/1957 (1957-03-20) 321-322.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1948a. *Ficha n.º 4599*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1948b. *Ofício n.º 1556*. Construção e obras complementares do edifício escolar de 4 salas de aula (salas gémeas). Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1948c. *Ofício n.º 3945*. Ampliação e obras complementares da escola primária de Planície (antiga Santa Isabel) – Lodares. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1948d. *Ordem de serviço n.º 1444*. Construção e ampliação do edifício de 2 salas gémeas de um edifício escolar em Mourinho. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1949. *Ofício n.º 2002*. Construção e ampliação do edifício de 2 salas gémeas de um edifício escolar em Mourinho. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1950a. *Ofício n.º 1686*. Construção de um edifício feminino de 2 salas de aula (Núcleo de Bouça Cova). Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1950b. *Ofício n.º 2751*. Construção de escola mista de 1 sala. Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1950c. *Ofício n.º 4064*. Construção de escola mista de 1 sala. Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1951a. *Ofício n.º 550*. Construção de um edifício feminino de 2 salas de aula (Núcleo de Bouça Cova). Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1951b. *Ofício n.º 1201*. Construção de escola mista de 1 sala. Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1952a. *Ofício n.º 181*. Construção de um edifício feminino de 2 salas de aula (Núcleo de Bouça Cova). Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1952b. *Ofício n.º 237*. Construção de um edifício feminino de 2 salas de aula (Núcleo de Bouça Cova). Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1953a. *Ofício n.º 838*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1953b. *Ofício n.º 1842*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1954a. *Ofício n.º 1112*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1954b. *Ofício n.º 1995*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1954c. *Ofício n.º 2100*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1956a. *Ofício n.º 871*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1956b. *Ofício n.º 918*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1956c. *Ofício n.º 1389*. Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1956d. *Ofício n.º 2531*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957a. *Ofício n.º 2182*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957b. *Ofício n.º 2645*. Escola primária no lugar de Pereiras – Escola gémea de 4 salas, tipo urbano. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957c. *Ofício n.º 3598*. Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957d. *Ofício n.º 3810*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957e. *Ofício n.º 4735*. Escola primária gémea de 2 salas, tipo rural em Telheiro. Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957f. *Ofício n.º 5839*. Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957g. *Ofício n.º 6221*. Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957h. *Ofi-*

cio n.º 6291. Construção de uma escola gémea de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1957i. *Ofício n.º 6739.* Construção de uma escola gémea de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958a. *Ofício n.º 691.* Construção de uma escola gémea de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958b. *Ofício n.º 900.* Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958c. *Ofício n.º 1216.* Construção de uma escola gémea de duas salas. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958d. *Ofício n.º 4488.* Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958e. *Ofício n.º 4606.* Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958f. *Ofício n.º 6674.* Escola primária gémea de 2 salas, tipo rural em Telheiro. Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958g. *Ofício n.º 6675.* Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1958h. *Ofício n.º 8247.* Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1959a. *Ofício n.º 3291.* Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1959b. *Ofício n.º 3398.* Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1959c. *Ofício n.º 4755.* Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1959d. *Ofício n.º 5331.* Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1959e. *Ofício n.º 7693*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1960a. *Ofício n.º 3991*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1960b. *Ofício n.º 5143*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1960c. *Ofício n.º 7673*. Ampliação e obras complementares da escola primária de Planície (antiga Santa Isabel) – Lodares. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1960d. *Ofício n.º 7904*. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas e obras complementares no edifício escolar de 1 sala. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1961a. *Ofício n.º 541*. Escola primária no lugar de Pereiras – Escola gémea de 4 salas, tipo urbano. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1961b. *Ofício n.º 1298*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1961c. *Ofício n.º 1347*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1961d. *Ofício n.º 4153*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1962a. *Ofício n.º 2628*. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas e obras complementares no edifício escolar de 1 sala. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1962b. *Ofício n.º 2784*. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas e obras complementares no edifício escolar de 1 sala. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1962c. *Ofício n.º 3772*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1962d. *Ofício n.º 5006*. Construção do edifício escolar de 3 salas (Núcleo de Oitava). Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1962e. *Ofício n.º 6224*. Escola primária no lugar de Pereiras – Escola gémea de 4 salas, tipo urbano. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1963a. *Ofício n.º 2349*. Construção do edifício escolar de 3 salas (Núcleo de Oitava). Caixa 13. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1963b. *Ofício n.º 2405*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1964. *Ofício n.º 7452*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1965a. *Ofício n.º 4873*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1965b. *Ofício n.º 5127*. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas e obras complementares no edifício escolar de 1 sala. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1966a. *Ofício n.º 931*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1966b. *Ofício n.º 4206*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1966c. *Ofício n.º 4628*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967a. *Ofício n.º 861*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967b. *Ofício n.º 1231*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967c. *Ofício n.º 1351*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967d. *Ofício n.º 1445*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967e. *Ofício n.º 2724*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967f. *Ofício n.º 2738*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967g. *Ofício n.º 3266*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1967h. *Ofício n.º 4595*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1968. *Ofício n.º 5939*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1970a. *Ofício n.º 1842*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), 1970b. *Ofício n.º 2314*. Construção de edifício escolar de 2 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Despacho do Conselho de Ministros de 29 de Julho. D.G. I Série. 174 (1941-07-29) 665-671.

Direcção das Instalações para o Ensino Primário (DIEP), 1971. *Ofício n.º 799*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção das Instalações para o Ensino Primário (DIEP), 1972. *Ofício n.º 327*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção-Geral das Construção Escolares (DGCE), 1969. *Ofício n.º 1627*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção-Geral das Construção Escolares (DGCE), 1971. *Ofício n.º 61*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1943. *Mapa definitivo das obras de escolas primárias: plano dos centenários*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1947. *Ficha n.º 4595*. Construção e ampliação do edifício de 2 salas gémeas de um edifício escolar em Mourinho. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1949. *Ofício n.º 3955*. Escola primária no lugar da Estação – Escola gémea de duas salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1953a. *Ofício n.º 1406*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1953a. *Ofício n.º 1821*. Ampliação de um edifício misto de 1 sala para gémeo de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1954a. *Ofício n.º 2697*. Escola primária gémea de 2 salas, tipo rural em Telheiro. Caixa 5. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1954b. *Ofício n.º 2780*. Construção de uma escola gémea de 2 salas e que posteriormente sofreu uma ampliação para 3 salas. Caixa 12. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1956. *Ordem de serviço n.º 3657*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1957. *Ofício n.º 3793*. Construção de uma escola gémea de duas salas. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1958a. *Ofício n.º 243*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1958b. *Ofício n.º 7507*. Obras na escola primária (tipo rural) no lugar de Sub-Ribas – Escola gémea com duas salas. Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1958c. *Ordem de serviço n.º 2614*. Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1959a. *Ofício n.º 1029*. Construção de uma escola gémea de 2 salas. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1959b. *Ordem de serviço n.º 1907*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1959c. *Ordem de serviço n.º 2257*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1960. *Ofício n.º 6915*. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas e obras complementares no edifício escolar de 1 sala. Caixa 2. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1961a. *Ordem de serviço n.º 1409*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1961b. *Ordem de serviço n.º 5127*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1963. *Ofício n.º 1836*. Construção de escola gémea de 4 salas (Núcleo da Ordem). Caixa 8. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1964. *Ordem de serviço n.º 1520*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1965a. *Ordem de serviço n.º 2009*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1965b. *Ordem de serviço n.º 3452*. Construção de um edifício escolar misto de 1 sala. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém (JFVTA), 1958. *[Carta]*. Construção de uma escola gémea de 4 salas e construção de uma escola gémea de 2 salas, tipo rural – Rio. Caixa 16. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Leal, J., 1970. *[Carta]*. Escola primária da Devesinha – Edifício gémeo de 6 salas – tipo urbano e Escola primária do Bairro (Monte) – Edifício escolar 4 salas tipo rural. Caixa 1. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

Lei n.º 1969. D.G. I Série. 115 (1938-05-20) 845-847.

Lei n.º 1985. D.G. I Série. 292 (1940-12-17) 1475-1476.

Lei n.º 2107. D.G. I Série. 79 (1961-04-05) 379-381.

Ministério das Obras Públicas (MOP), 1954. *Nota sobre escolas primárias do Plano dos Centenários*. Arquivo Salazar. ED-3. Cx. 138. Pt. 4. 6 f. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Tribunal de Lousada, 1968. *Ofício n.º 216*. Escola primária da Igreja. Construção de um edifício escolar gémeo de 2 salas. Caixa 4. Lousada: Arquivo Municipal de Lousada.

PERIÓDICOS

Barros, T., 1947a. Não está bem. *Jornal de Lousada*, 08 fev.

Barros, T., 1947b. Não está bem. *Jornal de Lousada*, 16 ago.

Barros, T., 1948a. Inauguração de escolas em Nevogilde. *Jornal de Lousada*, 09 out.

- Barros, T., 1948b. Das freguesias. *Jornal de Lousada*, 18 dez.
- C., 1961. Pelo Concelho. *Jornal de Lousada*, 16 set.
- C., 1966. Inauguração de um novo edifício escolar. *Jornal de Lousada*, 07 mai.
- Cardoso, M. N. G., 1942. Em prol da instrução. *Jornal de Lousada*, 07 fev.
- Couto, S., 1959. Pelo concelho. *Jornal de Lousada*, 18 abr.
- Dinis, J., 1951. O Município. *Jornal de Lousada*, 23 jun.
- Dinis, J., 1952. Melhoramentos públicos. *Jornal de Lousada*, 01 nov.
- Diniz, M. V., 1947a. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 26 jul.
- Diniz, M. V., 1947b. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 02 ago.
- Diniz, M. V., 1947c. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 04 out.
- Diniz, M. V., 1947d. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 18 out.
- Diniz, M. V., 1947e. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 01 nov.
- Diniz, M. V., 1948. Aqui, ali, acolá. *Jornal de Lousada*, 21 fev.
- Diniz, M. V., 1949. Maneiras de agir. *Jornal de Lousada*, 02 abr.
- E., 1959. Pelo concelho. *Jornal de Lousada*, 27 jun.
- L., A., 1951a. Das nossas freguesias. *Jornal de Lousada*, 22 set.
- L., A., 1951b. Notícias de Nevogilde. *Jornal de Lousada*, 15 dez.
- Moreira, A., 1942. Ecos e comentários. *Jornal de Lousada*, 26 dez.
- Moreira, A., 1943. Ecos e comentários. *Jornal de Lousada*, 17 abr.
- Moreira, A., 1943. Edifícios escolares. *Jornal de Lousada*, 27 mai.
- Pinho, J., 1951. A inauguração de uma escola em Nespereira. *Jornal de Lousada*, 13 jan.
- Pinho, J., 1956. Em Nespereira foi inaugurado o novo edifício escolar. *Jornal de Lousada*, 11 fev.
- Pinho, J., 1957. Pelo concelho. *Jornal de Lousada*, 01 jun.
- Pinho, J., 1959. Vida escolar. *Jornal de Lousada*, 06 jun.
- Pinho, J., 1960. Inauguração de escolas. *Jornal de Lousada*, 04 jun.
- Pinho, J., 1961. Actividade municipal em 1960. *Jornal de Lousada*, 18 mar.
- Pinho, J., 1962a. Reparos. *Jornal de Lousada*, 17 fev.
- Pinho, J., 1962b. Escola de Santo Estêvão de Barrosas. *Jornal de Lousada*, 24 fev.
- S., A., 1963. Até quando?!. *Jornal de Lousada*, 16 fev.